

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**GUERRA ÀS DROGAS NA COLÔMBIA:  
MODELO MILITARIZADO E INTERESSES DOS EUA**

**MARIA JÚLIA SCHMITT TIMMERS**

Porto Alegre

2021

**MARIA JÚLIA SCHMITT TIMMERS**

**GUERRA ÀS DROGAS NA COLÔMBIA:  
MODELO MILITARIZADO E INTERESSES DOS EUA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação submetido  
como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel  
em Relações Internacionais.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup> Henrique Carlos de Oliveira Castro

Porto Alegre

2021

## CIP - Catalogação na Publicação

Timmers, Maria Julia Schmitt

Guerra às Drogas na Colômbia: Modelo Militarizado e Interesses dos EUA / Maria Julia Schmitt Timmers. -- 2021.

55 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Plan Colombia. 2. América Latina. 3. Política de Drogas. 4. Colômbia . I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira, orient. II. Título.

Faculdade de Ciências Econômicas  
Departamento de Relações Internacionais

**Guerra às Drogas na Colômbia:  
Modelo Militarizado e Interesses dos EUA**

Maria Júlia Schmitt Timmers

Banca examinadora:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro  
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik  
UFRGS

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Sofia Isabel Vizcarra Castillo  
UNISINOS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família. À minha irmã, Ana Clara, a minha melhor amiga, minha companheira e a pessoa que eu mais confio no mundo. À minha mãe, minha editora- chefe, que esteve do meu lado a cada passo desta jornada, cuidando de mim, me apoiando e me incentivando a dar sempre o meu melhor, segurando as pontas e garantindo que nada faltasse. Ao meu pai, de quem eu sinto saudade todos os dias, que me compreendia completamente e que, eu tenho certeza, estaria orgulhoso de mim por tudo o que eu consegui conquistar com a ajuda dele e que estará sempre nos nossos corações.

Agradeço também à UFRGS, ao FCE e a todos os professores do curso de Relações Internacionais por me proporcionarem a oportunidade de receber educação pública de qualidade. Agradeço especialmente ao Henrique, que me ajudou, me assistiu nos últimos anos e me guiou na minha trajetória acadêmica.

Por último, agradeço a todos os colegas e amigos que conheci nesses cinco anos no curso, também a meus amigos do Direito e, ainda, às minhas amigas que já são praticamente irmãs, Alice e Mandy, que eu amo demais e com quem eu espero poder contar pelo resto da vida.

**A meu pai**

“(...) toda escolha tem sua história, muitos momentos de nossa vida estão espremidos num canto só esperando uma brecha, e no final essa brecha aparece.”

Elena Ferrante

## **RESUMO**

O presente trabalho tem o objetivo de explorar as políticas de combate às drogas na República da Colômbia e examinar como esses instrumentos, para inibir a produção e a venda de entorpecentes no mercado global, foram construídos e desenvolvidos a partir de fatores externos e internos do país. A partir disso, detalha a evolução do combate ao tráfico na Colômbia, investiga a implementação do *Plan Colombia* e seus resultados e analisa a influência dos Estados Unidos na implantação da política de guerra às drogas no país andino. A política de guerra às drogas esteve presente na Colômbia desde a década de 1980, mas obteve maior destaque a partir da implementação do *Plan Colombia*, acordo de cooperação entre os governos colombiano e norte-americano composto por medidas contra o narcotráfico no país. Esse acordo e a sua implementação ilustram a dinâmica das relações internacionais no continente americano, pela qual os EUA exercem a sua influência, tanto com o seu poderio militar quanto com o financeiro, e também através da atuação do Estado colombiano, se utilizando desses recursos para construir uma agenda própria aos seus interesses nacionais. Dessa maneira, para analisar essa dinâmica, em um primeiro momento, faz-se necessário realizar uma revisão histórica, discorrendo sobre os antecedentes e as negociações para a implementação do *Plan Colombia*. Em seguida, revisita-se o *Plan Colombia* em si, como foi aprovado pelo Congresso americano em 2000, a sua implementação, o seu orçamento e, além disso, as consequências das políticas propostas pelo plano. Por fim, o trabalho vislumbra as razões pelas quais se mantém a aplicação das políticas de guerra às drogas e conclui, ao analisar o desempenho dessas estratégias, que as mesmas não atingiram os objetivos esperados.

**Palavras-chave:** Plan Colombia. América Latina. Política de Drogas. Colômbia .

## ABSTRACT

The present work aims to explore the policies against drug trafficking used by Colombia and to examine these instruments, how they are used to inhibit the production and commerce of narcotics in the global market and how they were constructed and developed by external and internal elements to the country. From this it is hoped to analyse the evolution of the war on drugs in Colombia, to investigate the implementation of *Plan Colombia* and its results, as well as examine the influence of the USA in the implementation of such policies in the andean country. The policies of the war on drugs are present in Colombia since the 1980 's, but it has been highlighted since the implementation of the *Plan Colombia*, agreement between the USA and Colombia to fight narco trafficking in the latter. This agreement and its implementation illustrate the dynamic of international relations in the american continent, through which the USA exerts its influence, through both military and financial means, but also through the actions of Colombia, which uses the resources to built their own national agenda, one that comply with its own interest. In this manner, it is necessary, at first, to make a historical revision, inspecting the history of drug prohibition and the negotiations prior to the implementation of the plan. Then a analysis of the *Plan Colombia* itself will be done, its implementation, its budget and the consequences of the policies instituted by the plan. At last, it is necessary to explore the reasons for the continuation of the policies of war on drugs even if, when analyzing its results, it does not seem to have had the desired results.

**Keywords:** Plan Colombia. Latin America. Drug Policies, Colômbia.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Change in fumigated area.....	p.29
Figura 2 – Persistence of coca cultivation(2001/2008) .....	p. 30
Figura 3 – Orçamento Plan Colombia.....	p. 33

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p.10
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E COLÔMBIA</b> .....	p.14
2.1	Regime de Proibição de Drogas .....	P.14
2.2	Guerra às Drogas e Aproximação EUA E Colômbia .....	p.17
2.3	Plan Colombia e Século XXI .....	p. 21
<b>3</b>	<b>A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DROGAS NA COLÔMBIA</b> .....	p. 26
3.1	Assistência às Forças Armadas Colombianas .....	p.26
3.2	Ajuda Socioeconômica .....	p.30
3.3	Reestruturação Administrativa .....	p.32
<b>4</b>	<b>A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS NA COLÔMBIA</b> .....	p.37
4.1	A Manutenção da Ordem Nacional .....	p.37
4.2	Impactos na Economia e Ingresso de Recursos Estrangeiros .....	p.39
4.3	Relação Diferenciada com os EUA .....	p.42
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	p.46
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	p.51

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo explorar as políticas de combate às drogas na América do Sul, mais especificamente na República da Colômbia, e examinar como esses instrumentos, para inibir a produção e a venda de entorpecentes no mercado global, foram construídos e desenvolvidos a partir de fatores externos e internos do país. A história dessas políticas na região está intimamente ligada com o cenário internacional, em especial na relação com os Estados Unidos (EUA), desde o início de sua implementação, perdurando até hoje. Essa inter-relação ocorre tanto pela influência externa para a adoção da chamada guerra às drogas quanto em razão da natureza internacional do comércio de entorpecentes ilícitos (FORTE, 2007).

A Colômbia é um dos maiores produtores mundiais de cocaína e uma considerável fornecedora de *cannabis* para o mercado ilegal internacional. Segundo estimam as Nações Unidas, entre 2013 e 2017, a quantidade de coca processada para a produção de cocaína mais que dobrou mundialmente – sendo uma grande quantidade desse aumento proveniente de solo colombiano, cuja produção corresponde a quase 70% do alcaloide produzido no mundo. No entanto, a quantidade de droga processada encontrada em solo colombiano não acompanha o aumento na produção de coca no país. A diferença indica a importação de folhas da planta de países vizinhos, Peru e Bolívia, os quais tiveram elevação tanto da produção de cocaína quanto do cultivo de coca (UNODC, 2019).

Para a análise do comércio de entorpecentes a partir da Colômbia, é importante abordar neste trabalho a guerra civil travada no país de meados do século XX até as primeiras décadas do século XXI. Iniciado em 1964, o conflito armado se caracterizava pelo combate do governo a guerrilhas camponesas ligadas a movimentos de esquerda, principalmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Esses grupos armados, nos primeiros anos do conflito, não necessariamente tinham ligações diretas com o tráfico de drogas (REGILME, 2018). No final dos anos 1980, porém, com o desmantelamento de importantes cartéis, como o de Medellín, um dos mais importantes da Colômbia, e a necessidade de financiar suas atividades, as guerrilhas voltaram-se para a produção e o comércio de drogas como fonte de recursos (THOUMI, 2012b).

Ao explorar esse campo, este trabalho expõe que é ao final da década de 1970 que ocorre uma maior interferência do governo americano na maneira na qual a Colômbia lida com o crescente número de organizações ligadas ao narcotráfico dentro de seu território, disponibilizando empréstimos e ajuda financeira ao país, financiando compra de armamento e material de apoio, assim como alocando oficiais do exército americano para treinamento das Forças Armadas colombianas (BAGLEY, 1988). Mas é apenas a partir do final dos anos 1990 que as relações entre EUA e Colômbia ampliam suas proporções, com a aprovação do *Plan Colombia*, um pacote de US \$1,3 bilhão para o combate ao narcotráfico no país latino-americano.

Entre os principais tópicos de exame deste estudo, o plano, em sua concepção, buscava a erradicação de plantações ilegais de coca e papoula em território colombiano, promover justiça social e econômica e reduzir a violência do país para garantir o crescimento econômico. Esses aspectos, no entanto, se voltaram quase exclusivamente para uma perspectiva de combate militarizado às guerrilhas e cartéis envolvidos na produção e na exportação de drogas (FRANZ, 2016). A partir daí, a tendência de estabelecer políticas militarizadas confirmou-se, consolidando-se nas décadas seguintes com a implantação do *Plan Patriota* – executado pelas forças colombianas, mas com suporte de materiais, pessoal e treinamento disponibilizado pelo governo americano – e a continuidade das políticas do *Plan Colombia*, conforme é descrito neste trabalho.

Dessa maneira, os EUA passaram a implantar diretamente um sistema de enfrentamento aos narcotraficantes, com consideráveis quantias de ajuda externa destinadas à Colômbia, tornando muitas das operações em curso e o funcionamento de algumas instituições governamentais, principalmente aquelas ligadas às Forças Armadas e ao combate à produção de drogas, dependentes dessa ajuda estadunidense. Além disso, a implementação dessas políticas também levou o governo colombiano a se comprometer com altos níveis de gastos direcionados a essas medidas (REGILME, 2018).

A questão do combate às drogas na Colômbia se mostra como uma problemática que causa altíssima instabilidade dentro de seu território devido a uma demanda externa. A Colômbia e demais Estados andinos são pontos centrais da produção de drogas ilícitas, mesmo sendo o consumo relativamente baixo na região (INTERNATIONAL ALERT, 2016). A luta contra a produção de drogas também é muito ligada à destruição do cultivo de coca e papoula, assim como de maconha e outras plantas utilizadas para produzir entorpecentes. A estratégia coloca agricultores

de baixa renda em regiões de pouca infraestrutura em meio ao fogo cruzado das forças estatais e das guerrilhas e cartéis. Essas populações acabam representando algumas das principais vítimas de violência, além de perderem a ocupação responsável pelo sustento de suas famílias sem que lhes sejam dadas outras opções de cultivo (CEASER, 2005). Assim, as políticas adotadas pela Colômbia são caracterizadas por um combate altamente militarizado ao tráfico de drogas e um alto nível de vulnerabilidade das comunidades relacionadas ao comércio ilegal (RODRIGUES, 2012a).

Nesta linha, o presente trabalho tem como seu objetivo geral compreender por que a Colômbia adotou um modelo militarizado de combate à produção e ao tráfico de drogas que, muitas vezes, se demonstra ineficaz em interromper ou diminuir as atividades de grupos relacionados à venda ilegal de entorpecentes. Como seus objetivos específicos pretende-se analisar a evolução do combate ao tráfico na Colômbia; investigar a implementação do *Plan Colombia* e seus resultados e examinar a influência dos EUA na implantação da política de guerra às drogas no país andino.

Além disso, o trabalho tem como hipóteses:

- (I) A implantação das políticas de guerra às drogas na Colômbia tem objetivos e resultados que transpõem o combate ao narcotráfico;
- (II) Forças políticas dentro da Colômbia beneficiam-se da continuidade desta política;
- (III) A manutenção destas políticas vai ao encontro dos interesses norte-americanos na região.

A fim de evidenciar como se deu esse processo e a maneira na qual ele se mantém, o presente trabalho se organiza em três capítulos, além da conclusão e da presente introdução.

A segunda seção consiste em uma revisão histórica, discorrendo sobre os antecedentes e as negociações para a implementação do *Plan Colombia*. A subseção 2.1 apresenta um breve exame do regime internacional de proibição de drogas, sua formação e como o mesmo influencia as medidas tomadas pelo plano. A 2.2 explora como, a partir das políticas de guerra às drogas e do conflito interno colombiano, houve, ao longo do século XX, uma maior aproximação entre EUA e Colômbia. Por fim, a subseção 2.3 aborda como essa relação se desenvolveu no início do século XXI, assim como as negociações e aprovação do *Plan Colombia*.

A terceira seção trata sobre o *Plan Colombia* em si, como foi aprovado pelo Congresso americano em 2000, a sua implementação, o seu orçamento e, além disso, as consequências das políticas propostas pelo plano. A subseção 3.1 analisa os aspectos militares aprovados no plano; a 3.2 apresenta as propostas de ajuda social, como ajuda humanitária e proposições de desenvolvimento econômico nas regiões afetadas pelo narcotráfico e a 3.3 traz as propostas de reestruturação administrativa, como medidas de reforma jurídica e de fortalecimento da democracia colombiana.

A penúltima seção propõe explorar as razões pelas quais se mantém a aplicação das políticas de guerras às drogas. A subseção 4.1 examina a necessidade do governo colombiano em manter a ordem nacional por meio das políticas de combate ao narcotráfico; a 4.2 especula os impactos econômicos negativos que uma mudança na política de combate ao comércio de entorpecentes pode acarretar, considerando tanto a arrecadação de recursos pelo governo colombiano quanto os efeitos nas cadeias econômicas do país. Por fim, a subseção 4.3 perscruta como a relação diferenciada desenvolvida pelos EUA junto à Colômbia a partir do alinhamento das políticas de guerra às drogas incentiva a manutenção desse tipo de estratégia.

Desta maneira, se torna importante empreender a pesquisa e a produção científica relacionadas ao tema a partir de uma perspectiva sul-americana, buscando sempre aprofundar o entendimento dessa questão que marca a história, o desenvolvimento social, econômico e militar-judicial da região, bem como as relações internacionais intrarregionais e com outros Estados do mundo.

## 2 DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E COLÔMBIA

O combate ao narcotráfico em território colombiano assim como a presença americana e a sua influência no país progrediram utilizando-se de diferentes estratégias e níveis de envolvimento. Este capítulo explora como o desenvolvimento das relações entre EUA e Colômbia ocorreu no passado recente, buscando traçar uma evolução histórica de como esses fenômenos se deram e como se relacionam e se entrelaçam.

### 2.1 REGIME DE PROIBIÇÃO DE DROGAS

Na década de 1970, os EUA iniciaram uma política de guerra às drogas, cujo objetivo era eliminar a produção, a venda e a importação de drogas na América do Norte (BAGLEY, 1988). A tática foi inspirada na tradição americana ligada ao modelo proibicionista adotado nas primeiras décadas do século XX, caracterizado pela repressão ao consumo e à importação de ópio e, posteriormente, de bebidas alcoólicas. Segundo Julia Buxton (2010), essas medidas implementadas a partir dos anos 1900 divergiam completamente do consenso internacional em relação ao uso e ao comércio de entorpecentes.

Anteriormente, a grande maioria das Nações concordava que seriam desnecessários o controle e a proibição da venda de entorpecentes. E que, mesmo se desejando a redução do consumo de drogas, seria inútil tentar criminalizar o seu comércio em uma realidade na qual a população, supostamente, sempre se utilizaria dessas substâncias. O comércio internacional de entorpecentes tem seu início no século XVI, com a venda do ópio pelos árabes sendo vista como uma troca de mercadoria, e, até pelo menos o século XVIII, considerando-se a droga como uma commodity; não algum tipo de problema de saúde ou segurança pública (SILVA, 2013).

Já no século XIX, os entorpecentes e especificamente o ópio passaram a ser percebidos, principalmente na China, como um possível fator de instabilidade, e se iniciaram as primeiras tentativas de controlar o comércio da substância. Outros Estados já se preocupavam com as consequências do consumo de entorpecentes na moral da população, assim como com questões de segurança e saúde pública. O ópio, no entanto, ainda se constituía um importante componente da

balança comercial britânica, o que dificultava qualquer tipo de tentativa de controle da substância (MCALLISTER, 2000).

Dessa maneira, até o começo do século XX, narcóticos eram vistos como uma questão comercial. Isso passa a mudar, no entanto, na virada do século, principalmente devido a pressões advindas dos governos chinês e norte-americano. Em 1909, durante a primeira conferência internacional sobre regulação de narcóticos, a Conferência de Shanghai Sobre o Ópio, a maior parte dos Estados presentes se opunha à proibição completa do entorpecente, preferindo uma abordagem mais regulatória, respeitando os costumes locais (BUXTON, 2010). O único que se colocava ao lado da agenda de proibição eram os EUA, criando muita fricção entre o país e os demais presentes durante as décadas seguintes em negociações acerca do tráfico e consumo de drogas (MCALLISTER, 2000).

Ao longo da primeira metade do século XX, diversos encontros foram promovidos para discutir sobre a regulamentação relativamente a substâncias entorpecentes, iniciativas as quais foram responsáveis pela formação das bases para o regime internacional de proibição às drogas que se desenvolveria nas décadas seguintes (BUXTON, 2010). Até a década de 1930, a grande maioria das potências coloniais se recusava a abrir mão dos lucros relacionados à comercialização de drogas. Com a Grande Depressão, em 1929, e os resultados da Primeira Guerra Mundial, no entanto, houve um aumento da atuação de máfias, assim como do uso de entorpecentes pela população, o que incentivou a aprovação da Convenção de Limitação de 1931. A partir do encontro, o tráfico de drogas passou a ser considerado crime, e o controle da produção de entorpecentes tornou-se a forma mais eficiente de combate. Rodrigues (2012a) considera esse consenso o início da vitória do modelo de repressão apoiado pelos EUA no cenário internacional.

Assim, em 1961, quando ocorreu a primeira conferência das Nações Unidas referente às drogas, as bases já haviam sido estabelecidas por mais de cinquenta anos de negociações (SANCHÉZ-AVILÉS, 2014). E se podia identificar como as principais razões para o desenvolvimento ocorrido no regime o interesse de poderes coloniais, as duas guerras mundiais, a Guerra Fria (SINHA 2001) e, principalmente, o crescente protagonismo americano no cenário internacional, assim como o seu interesse em promover um modelo específico de repressão ao consumo e venda de drogas (SANCHÉZ-AVILÉS; DITRYCH, 2017).

A evolução do regime de proibição às drogas, portanto, pode ser apresentada a partir de seis aspectos, segundo Sánchez-Avilés e Ditrych (2017):

O primeiro, a transição da regulação de apenas opióides para também englobar outras drogas, como maconha e cocaína;

O segundo, o que inicialmente era considerada uma questão de regulação interna passou a ser mais focada no comércio transnacional;

O terceiro, a transição de regulamentação, modelo menos restritivo, para o proibicionismo;

O quarto, a integração dos acordos em relação a narcóticos no sistema das Nações Unidas, desenvolvida ao longo de décadas;

O quinto, a desconexão entre as propostas para controle de drogas e questões sociais – como falta de desenvolvimento econômico, desigualdade e um sistema de justiça ineficiente – observada desde o início das negociações do regime;

O sexto, as decisões feitas dentro desse sistema de tratados muitas vezes não são relacionadas ao próprio controle de drogas, e, sim, frequentemente aos interesses do comércio internacional e de indústrias farmacêuticas, bem como à visão moral sobre o consumo de drogas e, até mesmo, o racismo.

Além disso, Rodrigues (2012a) aponta como as políticas de proibição de drogas estão intimamente ligadas a estereótipos e preconceitos raciais e de classe. Nos EUA, por exemplo, estavam vinculadas intimamente a percepções racistas e xenofóbicas. A maconha era ligada à população hispânica. O ópio, aos chineses. A cocaína era relacionada a negros. O álcool, por sua vez, estava ligado a irlandeses e italianos. No Brasil, a heroína só passou a ser percebida como um problema de ordem pública em 1910, quando “passou a ser tida como droga de cafetões e prostitutas” (p.10), ao mesmo tempo que a maconha passou a ser estigmatizada como “uma substância de negros capoeiras” (p.10).

Já, ao longo da segunda metade do século XX, o modelo específico iniciado pelos EUA passou a ser adotado por praticamente todos os Estados membros das Nações Unidas. Independentemente de questões ideológicas, aderiram ao objetivo de “um mundo livre de drogas”

e ao modelo proibitivo (BUXTON, 2010). A diplomacia americana direcionou-se a vários países sul-americanos e latino-americanos a fim de diminuir a produção de drogas nesses locais e coibir a venda de entorpecentes nos EUA. Com isso, os preços desses produtos subiram exponencialmente, aumentando também o incentivo para produtores, principalmente os localizados na América do Sul, expandirem sua produção ao longo das décadas. (BAGLEY, 1988).

Dessa maneira, uma nova coesão internacional solidificou-se. O regime caracterizado por políticas proibicionistas ganhou consenso internacional, com adesão de 95% dos Estados membros da ONU e assinatura de mais de 180 países nos três principais acordos. Além disso, vários países-membros do regime instituíram leis nacionais de combate ao tráfico e à produção de drogas de acordo com os termos dos acordos internacionais (SANCHÉZ-AVILÉS; DITRYCH, 2017). O regime internacional foi iniciado e impulsionado pelos EUA, com uma coesão entre as diferentes administrações presidenciais, com um impulso maior de exportação desse modelo a partir do governo de Ronald Reagan (1981-1989) durante a década de 1980 (GUZMÁN, 2002). Pode-se observar um comprometimento do sistema das Nações Unidas com o modelo do proibicionismo, mesmo que em anos recentes verifique-se um crescente setor contrário à doutrina, tentando buscar medidas mais pragmáticas para o tráfico de drogas internacional (JELSMA, 2003).

A política estadunidense de proibição às drogas foi exportada para o restante do globo a partir desse modelo expansionista, na qual tornava-se papel dos diferentes Estados o enfrentamento à produção e à exportação de psicotrópicos, que haviam sido vetados em território norte-americano. Os países mais afetados por esse tipo de política foram principalmente os latino-americanos e, posteriormente, os do Sudeste Asiático; enquanto Europa e América do Norte, os principais consumidores de drogas, sofriam menos pressões e penalidades (ANDREAS; NADELMANN, 2006).

## 2.2. GUERRA ÀS DROGAS E APROXIMAÇÃO EUA E COLÔMBIA

Bragança e Guedes (2018) propõem que a guerra às drogas seja um instrumento pelo qual os EUA exercem a sua dominação sobre a América Latina desde o seu início até os dias atuais. Acordos comerciais e ajuda no campo da defesa são ligados ao enfrentamento do narcotráfico. Além disso, a natureza da campanha pelo proibicionismo e o combate ao comércio de substâncias ilícitas obriga que os países produtores se submetam às determinações estadunidenses para

manterem relações normais de comércio e diplomacia no âmbito internacional (ANDREAS; NADELMANN, 2006).

Dessa maneira, pode-se inferir que, além de impor o controle interno nos EUA, a política de proibicionismo dos entorpecentes também se apresenta, pelo menos desde a década de 1970, como um aspecto importante da forma pela qual o governo estadunidense exerce sua política externa (BRAGANÇA; GUEDES, 2018). Esse tipo de agenda não se limitava somente ao tema das drogas. Pela própria natureza da atividade de venda de entorpecentes, dependendo da região na qual ocorre, o combate aos grupos ligados ao narcotráfico poderia se relacionar à violência urbana, à produção agrícola, a conflitos internos da própria região e ao seu balanço de poder (RODRIGUES, 2012b).

Já na Colômbia, em 1964, se iniciava um dos conflitos armados de maior duração na América do Sul. A guerra civil colombiana desencadeou-se como um embate entre forças militares favoráveis ao governo e guerrilhas camponesas com orientação socialista, a mais famosa dessas sendo as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC (REGILME, 2018). Desde o início da cisãnia, as forças governamentais foram apoiadas pelos EUA, assim como por outros governos da região, com alianças estratégicas e a venda de armamentos, com o intuito de impedir o crescimento desse tipo de movimento anticapitalista e anti-estadunidense na região.

No mesmo período, por toda a América Latina, ocorriam golpes militares com o apoio do governo americano, em geral, com o explícito objetivo de barrar o crescimento de movimentos de esquerda. Essas mudanças de regime político também tinham o intuito de garantir o mercado e a influência estadunidense na região, além de impedir que a União Soviética encontrasse espaço para expansão de sua presença no continente americano depois da revolução cubana. Por consequência, a guerra civil colombiana e a interferência e a aproximação dos EUA com o país igualmente estão intimamente interligadas ao contexto da Guerra Fria que pautou toda a segunda metade do século XX (BRAGANÇA; GUEDES, 2018).

A guerra civil também auxiliou na criação de um vácuo de poder em várias regiões rurais da Colômbia, o que trouxe consigo o crescimento da influência dos grandes narcotraficantes, como o célebre Pablo Escobar. Os cartéis de drogas tinham enorme influência política e econômica alicerçadas por operações milionárias de exploração de cocaína e outras drogas. No entanto, sua

importância não se limitava a esse setor econômico. Principalmente no interior do país, em áreas mais afastadas dos centros urbanos e distantes de quase qualquer serviço governamental, toda a economia local era movida a partir dos cartéis de drogas e, além disso, boa parte da infraestrutura local também era financiada e mantida por esses grupos (FRANZ, 2016). Sua influência no governo local, nacional e na polícia e em grupos que deveriam cuidar da segurança da população também era notável (BAGLEY, 1988).

Durante a década de 1970, os EUA aumentaram a interferência sobre a condução do governo da Colômbia em relação ao crescente número de organizações ligadas ao narcotráfico dentro de seu território, disponibilizando empréstimos e ajuda financeira ao país, financiando compra de armamento e material de apoio, assim como alocando oficiais do exército americano para treinamento das Forças Armadas colombianas (BAGLEY, 1988).

O maior investimento por parte do governo americano e o aumento da pressão internacional para o controle da exportação de drogas ilícitas acirraram o combate aos grandes cartéis de drogas na Colômbia. A estratégia utilizada durante esse período se caracterizava por um foco na derrubada dos líderes dos grupos criminosos, o que levou no final da década à queda do cartel de Medellín<sup>1</sup>, assim como de outros grupos menos conhecidos, mas ainda de tamanho considerável, como o cartel de Cali (ROSEN, 2013).

O desmantelamento das organizações maiores, no entanto, não acabou com a produção de drogas no país. Pelo contrário, a lacuna deixada por Pablo Escobar e outros líderes resultou na fragmentação de seus grupos, transformando-os em um enorme número de pequenos cartéis. Além disso, a falta de um grande concorrente levou à aproximação de grupos que antes não necessariamente eram ligados ao narcotráfico, como é o caso das FARC (ROSEN, 2013). Com a necessidade de financiar suas atividades e o desmantelamento do cartel de Medellín, as guerrilhas aproximaram-se de produtores menores de drogas e passaram a, em parte, depender financeiramente da produção e do comércio de drogas (THOUMI, 2012b).

---

<sup>1</sup> O Cartel de Medellín, fundado por Pablo Escobar, em 1972, era uma organização de tráfico de drogas, originária da cidade de Medellín, na Colômbia. O cartel foi ativo em diversos países e movimentou bilhões de dólares ao longo de duas décadas de atividade, controlando uma enorme área do território colombiano, até que foi desintegrado em 1993, com a morte de seu líder e fundador. Enquanto operou, o cartel esteve envolvido em corrupção e teve diversos confrontos violentos contra forças governamentais, sendo um dos principais adversários das políticas de guerra às drogas desenvolvidas durante a década de 1980 (BAGLEY, 2011).

A partir da década de 1980, as guerrilhas colombianas, principalmente as FARC, passaram a ocupar essa lacuna e a se utilizar da produção e da exportação de drogas como meio de financiamento. As FARC eram responsáveis pela proteção, pelo financiamento e pelo escoamento de milhares de quilos de pasta base de coca, que geralmente era – e ainda é – produzida por pequenos agricultores nativos das regiões montanhosas da Colômbia. O foco do combate às drogas na Colômbia transformou-se de um conflito paralelo à uma guerra civil contra os cartéis, sendo a contrariedade aos grupos paramilitares que já existiam no país um dos temas centrais da guerra (THOUMI, 2012b).

Nesse período, já era possível encontrar tropas americanas atuando em solo colombiano, tanto a partir de bases na região quanto com treinamento de forças próprias da Colômbia (THOUMI, 2012b). Grande parte do armamento utilizado pelas forças policiais e militares colombianas também era importado dos EUA e adquirido por meio de acordos diplomáticos entre os dois países. Além disso, continuava-se a política de financiamento e ajuda externa dada pelas agências estadunidenses para que o governo colombiano realizasse ações de combate ao narcotráfico e para tornar o país um espaço mais atrativo para investimentos e ações de empresas estrangeiras (BRAGANÇA; GUEDES, 2018).

Portanto, pode-se perceber que o interesse americano se estende além da busca por segurança regional, da diminuição da violência e da criminalidade na Colômbia e nos demais países andinos e da simples necessidade de impedir a entrada de drogas ilícitas provenientes da região em seu território (TOBAR, 2015). A política de guerra às drogas funcionava durante as décadas de 1980 e 1990 tanto para garantir a coesão política dentro da zona de influência americana no pós-Guerra Fria, como para manter a hegemonia no continente (BRAGANÇA; GUEDES, 2018).

Durante a década de 1990, no entanto, as relações entre EUA e Colômbia começaram a se tornar ainda mais próximas, caracterizando o seu relacionamento nos anos seguintes. Em 2001, com a aprovação de um pacote de ajuda de US\$ 1,3 bilhão em empréstimos ao governo colombiano concedido pelos EUA para o combate ao narcotráfico, se inicia o *Plan Colombia* – uma ação militarizada, com envolvimento americano direto, com o intuito de erradicar a produção de drogas no país (FRANZ, 2016).

### 2.3 PLAN COLOMBIA E SÉCULO XXI

O *Plan Colombia* previa uma série de iniciativas por parte do governo colombiano para primordialmente erradicar as plantações de coca na selva colombiana por meio do desenvolvimento social e econômico das regiões vítimas do tráfico de drogas (BRAGANÇA; GUEDES, 2018). Entre as propostas do plano, se encontrava o fomento da troca de cultivos pelos agricultores, focando principalmente na produção de milho. Também se esperava promover a educação e uma maior profissionalização dos produtores de coca, a fim de incentivar a qualificação profissional e o empreendedorismo nas regiões agrícolas colombianas. (CARPENTER, 2013). A proposta previa a implementação dessas iniciativas a partir do financiamento coletivo entre EUA, União Europeia e Banco Mundial. O combate militarizado às guerrilhas e aos cartéis envolvidos na produção e na exportação das drogas era a área mais importante do plano, que depois tornou-se uma de suas únicas facetas implementadas de forma consistente e ampla (FRANZ, 2016).

Essa nova perspectiva deu legitimidade para a implantação de políticas ainda mais militarizadas no que tange ao confronto contra grupos ligados ao narcotráfico. É nesse período que o treinamento e o dinheiro concedidos às autoridades colombianas pelos americanos passam da polícia, organização que tradicionalmente liderou o combate às drogas no país, para as Forças Armadas colombianas. Consequentemente, o combate ao tráfico de drogas passou a ser ainda mais ligado ao conflito interno colombiano, que ainda assolava o país mais de trinta anos após o seu início. Além das facções rebeldes que já se interligavam ao tráfico, agora as forças governamentais, que tradicionalmente as combatiam, também lutavam contra os narcotraficantes (CARPENTER, 2013).

A intenção inicial americana quanto ao empréstimo e à ajuda, no entanto, não era a de auxiliar no combate ao conflito interno. O então presidente dos EUA, o democrata Bill Clinton, que governou de 1993 a 2001, negava veementemente que os fundos angariados para o enfrentamento do narcotráfico seriam utilizados com a finalidade de combater os grupos insurgentes. Já na administração seguinte, de George W. Bush (2001-2009), a narrativa mudou: desde a sua campanha à presidência, o republicano afirmava que o governo colombiano contaria com apoio no combate tanto aos traficantes quanto às guerrilhas (CARPENTER, 2013).

O governo americano continuou a negar a interligação dos grupos guerrilheiros aos cartéis que o *Plan Colombia* propunha combater. Entretanto, indícios da coalizão entre as FARC e grupos terroristas conhecidos foram encontrados (CARPENTER, 2013), principalmente após os ataques de 11 de setembro aos EUA<sup>2</sup> e o início da política americana de Guerra ao Terror, quando os grupos paramilitares colombianos passaram a ser vistos também como células terroristas, não mais sendo referidos como insurgentes, ou, simplesmente, organizações criminosas. A ligação criada entre o narcotráfico e o terrorismo político que não era observada pelas autoridades colombianas anteriormente, culminou no termo narcoterrorismo, passando a ser vocábulo recorrente na formulação das políticas de combate às drogas (REGILME, 2018).

Durante as negociações com a administração de Clinton, o principal objeto do plano era claramente o combate aos narcotraficantes. No entanto, depois da eleição de George W. Bush, em 2001, foi ampliada a narrativa do narcoterrorismo. A administração tinha como objetivo, além da diminuição do cultivo de coca e da presença dos narcotraficantes, o combate contra os grupos guerrilheiros. Em outubro de 2001, Francis Taylor, o responsável pelas ações antiterroristas do Departamento de Estado norte-americano, caracterizou as FARC como “o grupo terrorista mais perigoso presente neste hemisfério” (TAYLOR, 2001 n.p). Carpenter (2003) afirma que essa visão era compartilhada por muitos membros da administração Bush e que:

Tanto apoiadores quanto críticos da ajuda à Colômbia concordavam que, se a distinção entre contraterrorismo e contrainsurgência seria difícil de ser feita, a distinção entre medidas de contraterrorismo e medidas de contrainsurgência seria virtualmente impossível (p. 63, tradução livre).

Assim, a agenda da guerra ao terror também deu uma maior legitimidade ao próprio *Plan Colombia*, se utilizando dos conceitos de narcoterrorismo para que se conseguisse cooperação entre os parlamentares americanos e também para a aceitação pela população colombiana das operações americanas, principalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001.

---

<sup>2</sup> Os ataques de 11 de setembro de 2001 foi uma série de atentados terroristas suicidas coordenados pelo grupo extremista Al-Qaeda ao World Trade Center, as torres gêmeas, e a ao Pentágono, que sequestrou aviões comerciais americanos para atingir seus alvos (PECEQUILO, 2001). Os ataques, além de transformarem as perspectivas norte-americanas e mundiais em relação ao novo milênio, também resultaram nas invasões ao Afeganistão e ao Iraque e motivaram a criação da doutrina de Guerra ao Terror adotada pelos EUA (FRANCO, 2011).

A partir dessa perspectiva, as forças insurgentes colombianas passaram a ser consideradas pelas autoridades estadunidenses uma das maiores ameaças à paz e à segurança do Hemisfério Ocidental. A união dos dois conflitos na estratégia do *Plan Colombia* consolidou-se quando, em 2002, o presidente Bush pediu ao Congresso para que fossem levantadas todas as restrições, as quais obrigavam as forças americanas presentes em solo colombiano a impedir o combate direto com as guerrilhas. Assim, o governo e as Forças Armadas americanas se encontravam cada vez mais envolvidos no conflito civil colombiano, muito além do que havia sido explicitado no acordo que iniciou o plano e foi aprovado pelos dois países (CARPENTER, 2013). O *Plan Colombia*, além de promover investimento americano para a compra de armamento e estabelecer tropas americanas na selva colombiana, também facilitou o intercâmbio e o treinamento de membros das Forças Armadas colombianas nos EUA. Além disso, no campo da inteligência e da tecnologia, passou a ocorrer uma grande colaboração entre os dois países (FRANZ, 2016).

O foco no combate militarizado, que já era utilizado internamente nos EUA e, também, em menor escala na Colômbia, obstaculizou a alocação de recursos para as demais facetas do projeto inicial do *Plan Colombia*. A expectativa de que seriam realizados investimentos em agricultura, educação e infraestrutura nas áreas vitimizadas pelo narcotráfico não foi atendida (RODRIGUES, 2012a). Ainda que algumas políticas tenham sido implementadas, nenhuma delas foi bem-sucedida. Também não houve um real empenho das autoridades colombianas ou americanas para incentivar os produtores a mudarem seus cultivos para plantações legais ou a fim de promover uma maior profissionalização da agricultura; nem para que a infraestrutura de produção e o escoamento rural ocorressem de forma mais eficiente e produtiva (PECENY; DURAN, 2006).

A aproximação militar, que culminou na inclusão da Colômbia como parceira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2018, também passou a representar uma maior aproximação política e econômica dos dois países. O alinhamento colombiano aos EUA pôde ser observado tanto em acordos bilaterais entre os dois países quanto em fóruns multilaterais; não limitado à, mas se mostrando de forma explícita naqueles ligados ao combate do tráfico de drogas, tanto àqueles limitados ao espaço do continente americano quanto aos que diziam respeito ao tráfico intercontinental (BRAGANÇA; GUEDES, 2018).

Essa aproximação se consolidou nas décadas seguintes, com a implantação do *Plan Patriota*, executado pelas forças colombianas, em continuidade às políticas do *Plan Colombia*, e

com suporte de materiais, pessoal e treinamento disponibilizado pelo governo americano (REGILME, 2018). Assim, a estratégia de combate militarizado foi mantida, direcionada à erradicação das organizações ligadas ao narcotráfico através do combate direto desses grupos pelas Forças Armadas colombianas.

Dessa maneira, os EUA passaram a implantar diretamente um sistema de combate aos narcotraficantes, com consideráveis quantias de ajuda externa destinadas à Colômbia. Esse modelo tornou muitas das operações em curso e o funcionamento de algumas instituições governamentais, principalmente aquelas ligadas às Forças Armadas e à obstrução da produção de drogas, dependentes dessa ajuda estadunidense. Além disso, a implementação dessas políticas também levou o governo colombiano a se comprometer com altos níveis de gastos direcionados a essas políticas (REGILME, 2018).

Assim, quase vinte anos após o início da atuação direta dos EUA em território colombiano, no entanto, não parece ter ocorrido grandes mudanças na atuação de grupos ligados ao narcotráfico na região. Durante os primeiros anos do novo milênio, ocorreu um aumento considerável da taxa de casualidades civis do conflito colombiano (REGILME, 2018). Além disso, em 2016, as FARC e o governo colombiano assinaram um acordo de paz, extinguindo o braço armado da guerrilha e, a princípio, garantindo que o grupo não se envolveria com produção ou distribuição de narcóticos, terminando oficialmente a guerra civil colombiana que já se estendia por mais de cinquenta anos (COLÔMBIA, 2016).

A extinção do braço armado das FARC, no entanto, não levou ao fim das guerrilhas e de outros grupos armados atuando no mercado clandestino de drogas. Outros cartéis e combatentes remanescentes do conflito armado tomaram as posições antes pertencentes ao grupo guerrilheiro, mudando a organização responsável pela produção de drogas ilícitas sem, no entanto, diminuir essa produção (UNODC, 2019). Ou seja, o desmantelamento de uma organização ligada à produção e à exportação de drogas não gera, obrigatoriamente, o fim desta indústria ilícita em sua região de atuação, mas pode fortalecer outras organizações a atuar neste setor (PECENY; DURAN, 2006).

O aumento da repressão ao narcotráfico devido às políticas adotadas pelo governo colombiano de total repressão não se traduziu em uma diminuição do consumo nos pontos finais da exportação de entorpecentes. Pelo contrário, se constatou um aumento do uso de substâncias

ilegais nos EUA, principal consumidor das drogas produzidas na América do Sul. Também se pôde observar uma expansão do mercado para países latino-americanos em desenvolvimento, como o Brasil e o México, que anteriormente apresentavam um papel de portos e áreas de escoamento de drogas para o mercado europeu e norte-americano e que agora, além disso, também representam os mercados finais desses produtos (HORWITZ, 2015).

A violência relacionada a esse comércio também não aparenta ter tido uma diminuição drástica desde a implementação da doutrina de guerra às drogas. A militarização resultante da adoção dessas políticas levou a uma escalada cada vez maior da violência e do poder bélico dos cartéis de drogas (THOUMI, 2012b). Essa escalada da violência também não resultou em reduções duradouras de atividades de organizações criminosas relacionadas ao narcotráfico, mesmo que, ocasionalmente, tenha resultado na dispersão da violência ou na queda momentânea (RODRIGUES, 2012a). Durante a atuação do *Plan Colombia* e do *Plan Patriota*, são observados picos de violência e de baixas civis seguidos por quedas agudas dessas mesmas estatísticas. No entanto, a violência e a instabilidade política tendem a se manter quando analisadas em um recorte temporal maior, associadas também à instabilidade gerada a partir das políticas adotadas para combatê-las (THOUMI, 2012a).

### 3 A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DROGAS NA COLÔMBIA

O *Plan Colombia* foi proposto em 1998 pelo então presidente colombiano Andrés Pastrana (1998-2002) depois do fracasso das políticas de combate aos grupos insurgentes ligados ao narcotráfico no país. Inicialmente, o plano focava nas questões subjacentes ao conflito interno, como a falta de desenvolvimento econômico do país e a pobreza nas regiões mais afetadas pela contenda, deixando a questão do combate à produção de drogas em um segundo plano (BRAGANÇA; GUEDES, 2018).

No entanto, ao avaliar a assistência a ser prestada à Colômbia, o governo Clinton (1993-2001) considerou que as atividades ilegais relacionadas aos entorpecentes advindas de território colombiano representavam uma ameaça à segurança da América do Sul, bem como à dos EUA – alçando a securitização ao topo das prioridades de sua campanha de guerra às drogas. Como consequência, a proposta aprovada pelo Congresso americano em 2000 sofreu uma radical mudança de estratégia (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016).

As alterações foram aceitas pelo governo Pastrana. Devido à modificações de eixo de ação, entretanto, a comunidade internacional e as organizações previamente envolvidas com o projeto retiraram-se, o que tornou os EUA o financiador exclusivo do *Plan Colombia* (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). Para demonstrar a relevância do plano nos interesses dos EUA, destaca-se que, em 2000, a Colômbia foi o terceiro país que mais recebeu recursos financeiros americanos no mundo, atrás apenas de Israel e Egito (CRANDALL, 2002).

Este capítulo versará sobre o *Plan Colombia per se*, como foi aprovado pelo Congresso americano em 2000. Serão apresentados cada uma das propostas aprovadas do plano, as suas características, os investimentos realizados e os seus resultados. As propostas específicas do plano, assim como seu orçamento, estão expostos no quadro 1, juntamente com uma breve explicação a cerca de cada uma delas.

#### 3.1 ASSISTÊNCIA ÀS FORÇAS ARMADAS COLOMBIANAS

A maior porção do orçamento aprovado em 2000 pelo Congresso americano direcionada ao *Plan Colombia* foi reservada à assistência às Forças Armadas colombianas. O auxílio foi orientado para múltiplas áreas, incluindo treinamento de soldados e especialistas, compra de

armamentos e de materiais de apoio. O financiamento de armamentos, material tático, aviões e radares, além da compra e *upgrade* de outros equipamentos também estavam previstos (UNITED STATES, 2001). É representada no quadro por: Assistência às Forças Armadas colombianas; Programa de Entrada na Região Sul da Colômbia; Interdição: apoio ao esforço Colombiano; e Assistência às forças policiais colombianas. Estes programas juntos somaram US\$ 1,15 bilhão.

É importante ressaltar a criação do Programa de Entrada na Região Sul da Colômbia, que tinha como objetivo permitir que as Forças Armadas colombianas estendessem as suas atividades para a região sul do país (UNITED STATES, 2001), onde se encontrava grande parte do cultivo de coca e também era a principal área de operação das guerrilhas (RINCÓN-RUIZ; KALLIS, 2012). Os principais pontos do programa eram a compra de equipamento para dois novos batalhões do Exército colombiano, assim como o seu treinamento, e a aquisição de dois helicópteros (UNITED STATES, 2001).

A partir de relatórios encomendados pelo governo americano é possível perceber que aumentou a importância estratégica dessa área específica do país no combate ao narcotráfico conforme o desdobramento do *Plan Colombia* (BEERS, 2001; VEILLETTE, 2005). O desenvolvimento do plano foi igualmente marcado pelo aumento significativo dos investimentos norte-americanos nos esforços para eliminar a produção e o comércio de drogas, destacando-se nesta rubrica o item armamentos. (SERAFINO, 2001).

Mais de um bilhão de dólares do plano foram destinados exclusivamente para fins militares ou de segurança (UNITED STATES, 2001), mesmo que inicialmente a proposta fosse mais direcionada a medidas sociais. Isso se deveu à perspectiva das administrações Clinton e Bush, as quais discordavam fundamentalmente do consenso entre os então líderes latino-americanos, para quem o maior problema ligado ao narcotráfico não era a produção de drogas na região, mas sim o consumo, que ocorria principalmente nos EUA (THOUMI, 1995).

Apesar de a Colômbia e os demais países andinos serem pontos centrais da produção de drogas ilícitas no mundo, o consumo é relativamente baixo na região (INTERNATIONAL ALERT, 2016). Por isso, boa parte das propostas para conter o narcotráfico apresentadas na época pelos países andinos giravam em torno da redução da demanda pelos norte-americanos ou de ações contra o transporte e a exportação das drogas, não necessariamente da produção. No entanto, o projeto de guerra às drogas dos EUA considerava como o seu principal foco o fim da produção de coca e pasta base nos países andinos, a fim de cortar o fornecimento em vez da demanda (FRANZ, 2016).

Conforme citado anteriormente, entretanto, essa estratégia fracassou. Verificou-se um aumento no consumo de entorpecentes nos EUA, bem como em outros países latino-americanos, como o Brasil e o México (HORWITZ, 2015).

Com o *Plan Colombia*, o governo colombiano também tinha como um de seus objetivos o enfraquecimento das FARC. O intuito era retomar o controle das regiões do país sob o seu comando e de outros grupos guerrilheiros (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). Como mencionado no capítulo anterior, no final da década de 1990 e início do novo milênio, os grupos paramilitares colombianos passaram a ser vistos como células terroristas, não mais sendo referidos como insurgentes ou, simplesmente, organizações criminosas, criando uma ligação entre o narcotráfico e o terrorismo político que, anteriormente, não era observada pelas autoridades colombianas (REGILME, 2018). O narcoterrorismo tornou-se uma das principais pautas da administração de Álvaro Uribe (2002-2010), que transformou a percepção do conflito interno colombiano. Ele ligou-o ao problema do terrorismo e definiu as FARC concretamente como um grupo narcoterrorista (CHERNICK, 2012 *apud* ROSEN; MARTÍNEZ, 2016).

A administração Clinton reconheceu que intervenção direta não seria possível, tanto por motivações políticas quanto por estratégias militares. Após as perdas no Vietnã, as Forças Armadas americanas não gostariam de repetir a experiência da luta contra guerrilhas em áreas de selva desconhecidas (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). Dessa maneira, a alternativa decidida por Washington foi a de financiar a luta armada, que seria travada não por seus próprios militares, mas pelas tropas nacionais colombianas (REGILME, 2018). A principal preocupação dos EUA era garantir a segurança hemisférica e atender aos interesses apresentados pelas políticas internas do país (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). Desde o início das discussões internas americanas, já se reconhecia que eram baixas as chances de outros países ou instituições apoiarem um plano militarizado que atendesse primeiramente as necessidades estadunidenses na região (ROMERO, 2000). Assim, Rosen e Martínez (2016) afirmam que a maneira como o plano foi implementado demonstra o posicionamento dos EUA, seu poder e influência para determinar a agenda em suas relações bilaterais na região andina.

Além disso, a assistência militar se encontrava muito relacionada aos planos de fumigação com o intuito de diminuir as áreas de produção de coca. Ainda que não haja unanimidade em relação a sua eficácia, as fumigações aéreas são consideradas uma estratégia importante para destruir as plantações por se caracterizar como uma operação rápida e abrangente, sem colocar em

risco pessoas e equipamentos contra eventuais ataques de guerrilhas e cartéis no chão durante procedimentos tradicionais. (RINCÓN-RUIZ; KALLIS, 2012).

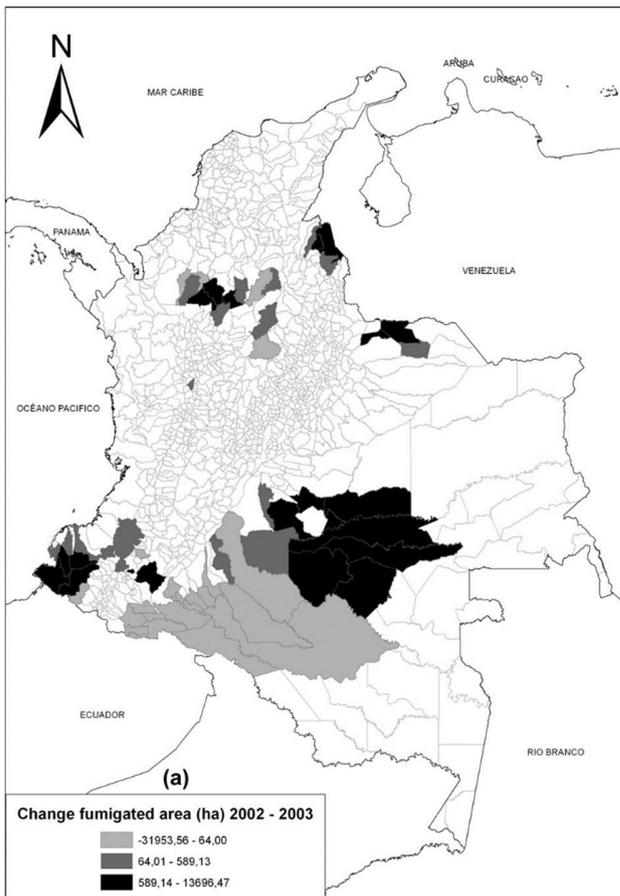


Figura 1 Change in fumigated area Fonte: Rincón-Ruiz e Kallis (2013)

Em relatório para o Congresso americano quanto ao sucesso das primeiras operações do *Plan Colombia*, o secretário assistente para Narcóticos Internacionais, Rand Beers (2001), apontou a ligação entre o Programa de Entrada na Região Sul da Colômbia e as operações de fumigações. No documento, Beers indicou a necessidade de investimentos no monitoramento das regiões de produção de coca, mas salientou que as Forças Armadas colombianas já dispunham de aviões e helicópteros comprados dos EUA para os procedimentos de destruição das plantações. E informou também que outras aeronaves estariam disponíveis ainda no mesmo ano. As áreas nas quais as fumigações foram mais frequentes no período podem ser vistas na figura 1.

A estratégia de fumigações é apontada por Carpenter (2003) como um dos principais pontos de contencioso entre os governos americano e colombiano durante as negociações para o *Plan Colombia*. A posição americana era firme em favor desse tipo de tática. Em 2001, a embaixadora americana em Bogotá, Anne Patterson, ameaçou o corte de recursos em áreas sociais, caso não fossem cumpridos os planos de fumigação (EASTERBROOK, 2001 *apud* CARPENTER, 2003). No entanto, as fumigações, que já eram utilizadas havia algumas décadas pelo governo colombiano como método de contenção à produção de coca, eram extremamente impopulares, principalmente entre aqueles mais afetados pela estratégia, camponeses e pequenos agricultores, mas também entre a população colombiana no geral (CARPENTER, 2003).

As fumigações afetam negativamente a agricultura local, não diferenciando o cultivo da coca e de produções legais (RINCÓN-RUIZ; KALLIS, 2013). Esses procedimentos também estão ligados à piora da qualidade do solo no longo prazo; além de existirem evidências importantes de que os químicos utilizados estão relacionados ao surgimento de cânceres e problemas respiratórios na população atingida por esses produtos (CARPENTER, 2003). Outra consideração importante é a degradação do meio ambiente nas regiões afetadas, geralmente formadas por floresta, com biomas vulneráveis e já vítimas de destruição (RINCÓN-RUIZ; KALLIS, 2013).

A principal questão a ser levada em conta em relação às fumigações, no entanto, é que, mesmo consideradas pelos americanos uma das formas mais eficientes de combate ao narcotráfico (CARPENTER, 2003), não parecem diminuir de forma significativa a área de plantação de coca no longo prazo (RINCÓN-RUIZ; KALLIS, 2013), como pode ser exemplificado pela figura 2, onde se representa as regiões de plantação de coca após o período do *Plan Colombia*.

### 3.2 AJUDA SOCIOECONÔMICA

A ajuda socioeconômica também foi prevista no *Plan Colombia*, consistindo na criação e na manutenção de programas para garantir o desenvolvimento nas regiões produtoras de drogas, assim como no país como um todo. Além disso,

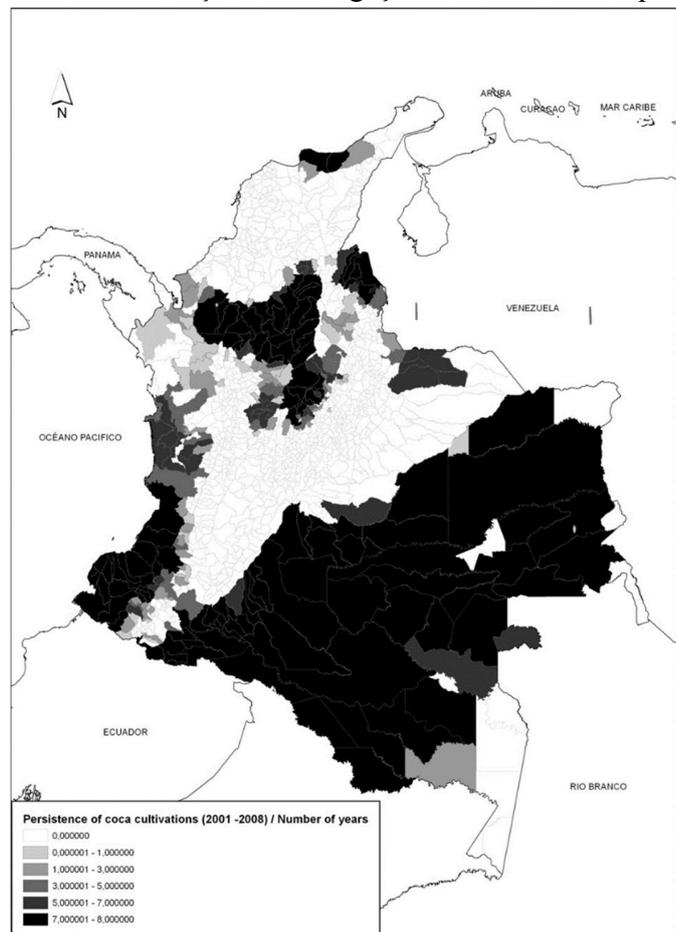


Figura 2 Persistence of coca cultivation (2001/2008) Fonte: Rincón-Ruiz e Kallis (2013)

apresentou medidas de incentivo ao emprego nas regiões afetadas para que a população pudesse garantir outra fonte de renda não ligada à produção de coca (UNITED STATES, 2001). Também foram apontados programas de substituição de cultivos, que buscavam tornar viável a produção de outras lavouras, como milho e café (UNDOC, 2019).

O programa se propunha adicionalmente a dar assistência às pessoas deslocadas pelo conflito interno e pela ação dos cartéis (UNITED STATES, 2001). O auxílio tornou-se especialmente importante considerando a quantidade de deslocados internos na Colômbia, que já poderia ser considerada alta durante a década de 1990, mas teve uma explosão nos primeiros anos do século XXI (COLÔMBIA, 2015). O fenômeno está ligado tanto à ocupação dos territórios antes controlados por grupos insurgentes pelas forças governamentais (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016), quanto às necessidades econômicas e à expansão das zonas de conflito (COLÔMBIA, 2015).

Este trabalho também inclui, nesta seção, as medidas de defesa de Direitos Humanos, que consistem no monitoramento, pelos EUA, das Forças Armadas colombianas, das guerrilhas e de outros grupos paramilitares, para acompanhar as ações e movimentações dos membros desses grupos. Além disso, ao aprovar o projeto do *Plan Colombia*, o governo americano também se assegurava de não emitir vistos para os EUA a pessoas relacionadas às FARC (UNITED STATES, 2001).

Essas medidas socioeconômicas integravam, inicialmente, o cerne da proposta feita pelo presidente Andrés Pastrana em 1998 (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). No entanto, quando recebida pelos americanos, foi perdendo espaço para interesses mais securitários e com foco no combate a narcotraficantes. O governo dos EUA condicionava o seu apoio somente a soluções apresentadas pela Colômbia que considerasse vantajosas ao combate do comércio de narcóticos em solo americano (ROMERO, 2000).

Documentos de avaliação encomendados pelo governo norte-americano, como o *Plan Colombia: The Road Ahead*, de Beers (2001), demonstram ênfase no aspecto socioeconômico do plano em prol de seu sucesso. Em trecho do relatório, Beers equipara os recursos em esforços militares aos investimentos em projetos socioeconômicos.

De igual importância, aproximadamente US\$ 230 milhões desse pacote é alocado para programas de desenvolvimento social e econômico. Isso inclui programas que providenciam ajuda humanitária a pessoas deslocadas, ajuda a pequenos agricultores e trabalhadores de baixo escalão na produção de drogas a encontrar alternativas legítimas ao tráfico de drogas e para fortalecer governança, o regramento legal e direitos humanos (BEERS, 2001, p. 1, tradução livre)

Apesar do destaque, as medidas nessa área não foram suficientemente abrangentes, conforme apontou Carpenter (2003). Segundo ele, os investimentos sociais financiados pelo governo americano são necessariamente condicionados a gastos militares e metas de combate direto à produção de drogas. Dessa maneira, inviabilizou-se um maior foco na resolução de problemas socioeconômicos que poderiam estar mais próximos da raiz da produção de entorpecentes.

Conforme Thoumi (2012a), em sua maioria, os programas de reconversão para o mercado legítimo colombianos têm o regime de adesão voluntária da população, mas não preveem e nem fornecem as condições materiais para a sua execução. Muitas vezes, pequenos agricultores adotam o modelo de troca de lavoura, cultivando plantações até mesmo mais lucrativas que a coca, e, no entanto, não têm acesso à infraestrutura básica para o escoamento de suas produções. Quando um produtor decide cultivar plantações legais, faltam estradas e pessoal para o transporte de sua produção, enquanto quando trabalha junto aos narcotraficantes, a distribuição é feita por eles com infraestrutura própria.

### 3.3 REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

Além dos programas sociais e de assistência às forças armadas, o *Plan Colombia* incluiu propostas que auxiliavam a reestruturação administrativa com os objetivos de fortalecer as instituições democráticas colombianas e impedir organizações paralelas ao Estado de voltarem a tomar poder no país (ROMERO, 2000). Essas medidas consistiam na administração da área judiciária e outros auxílios, com governança, programas para reformas do sistema jurídico – incluindo reforma do código penal, treinamento de juízes e defensores públicos – além de promoção de programas contra a corrupção (UNITED STATES, 2001).

Essas medidas também englobam ajuda relacionada à exigência de garantia de que guerrilheiros e forças militares colombianas, acusados de crimes, fossem julgados em cortes civis seguindo o legítimo processo legal. Isso devendo se aplicar tanto a crimes comuns quanto àqueles contra os direitos humanos. Investimentos na defesa do processo de paz, que se caracterizavam como reestruturação do poder governamental em regiões controladas por guerrilhas ou milícias, assim como promoção de soluções diplomáticas para o conflito, integravam ainda o conjunto de ações (UNITED STATES, 2001). Juntos os programas dessa categoria compreendiam apenas US\$

122 milhões, quantia considerada insuficiente frente aos desafios apresentados pelas reformas necessárias na administração pública colombiana (SANCHÉZ-AVILÉS; DITRYCH, 2017).

Ao longo da implementação do *Plan Colombia* e dos anos seguintes, preocupações com o fortalecimento da democracia colombiana e das instituições de justiça aumentaram. Por exemplo, foi baseado no seu modelo de financiamento, o programa *Seguridad Democratica*, que obteve grande sucesso em aumentar a participação da sociedade civil nas decisões de combates às milícias e aos grupos armados, além de ter diminuído drasticamente a incidência de alguns crimes violentos no país (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). No entanto, esses dois programas apresentaram as duas menores porções do orçamento do plano (UNITED STATES, 2001). A falta de investimento em questões administrativas vai de acordo com o que se vê em todo o regime internacional de controle de drogas (SANCHÉZ-AVILÉS; DITRYCH, 2017).

Muitos dos investimentos de reforma do sistema jurídico também se demonstram insuficientes para impedir que criminosos envolvidos no tráfico de drogas, mesmo que depois de presos, continuem a contribuir para o mercado ilegal de drogas. Thoumi (2012) postula que “hoje o governo colombiano não tem os recursos ou o poder de prevenir que traficantes construam suas bases de dentro de presídios e controlem seus negócios de lá” (THOUMI, 2012a, p. 986, tradução livre). Essa realidade obriga a Colômbia a se apoiar em extradições para os EUA, assim como barganhas de penas reduzidas, para que ocorra o rito processual de vários indivíduos (TELLEZ; LESMES, 2006).

Outra questão importante a ser considerada é que reformas no sistema jurídico baseadas apenas no encarceramento dos indivíduos responsáveis por crimes ligados ao narcotráfico não teriam efeitos no médio e no longo prazo no comércio ilegal de drogas (THOUMI, 2012a). Após a queda de grandes cartéis, a rede de produção de drogas se reestruturou na Colômbia, tomando uma forma mais adaptada à nova realidade que se apresentava perante esses grupos (ROSEN, 2013). Assim, uma estratégia de justiça como a anterior, focada principalmente na derrubada dos líderes dos grupos criminosos, não poderia ser bem-sucedida sem que fossem ao mesmo tempo enfrentadas as raízes do narcotráfico e extintos os motivos pelos quais tantas pessoas se unem a guerrilhas e cartéis (THOUMI, 2012a).

**Quadro 1 – Orçamento *Plan Colombia***

Proposta	Descrição	Orçamento (US\$ milhões)
Assistência às Forças Armadas colombianas	Assistência geral, relacionada a treinamento de pessoal, compra de armamento e de material de apoio.	516,7
Programa de Entrada na Região Sul da Colômbia	Programa específico, tinha como objetivo permitir que as Forças Armadas colombianas estendessem suas atividades para a Região Sul do país, onde se encontrava grande parte do cultivo de coca e também, a principal área de operação das guerrilhas. Os principais pontos do programa eram a compra de equipamento para dois novos batalhões do Exército colombiano, assim como o seu treinamento e a compra de dois helicópteros, o Blackhawk e o Huey. O financiamento se daria durante cerca de 18 meses, para completar o treinamento das tropas, a compra dos helicópteros e de armamentos, assim como o aprendizado de pilotos em como utilizá-los;	416,9
Interdição: apoio ao esforço colombiano	Apoio na compra e no financiamento de armamento e material tático (aquisição de radares, aviões e outros equipamentos e <i>upgrades</i> );	99,8

Proposta	Descrição	Orçamento (US\$ milhões)
Ajuda econômica ao desenvolvimento alternativo e incentivo ao emprego	Esta categoria inclui programas ambientais (US\$ 2.5 milhões), programa de erradicação voluntária de coca pelos agricultores (US\$ 30 milhões) e de desenvolvimento alternativo na Região Sul da Colômbia (US\$ 10 milhões). O restante do orçamento foi direcionado à assistência para governos locais e ajuda de custo para operacionalização de apoio comunitário;	58,5
Assistência às forças policiais colombianas	Assistência logística e de treinamento de pessoal, assim como auxílio para a compra de equipamentos para o combate ao narcotráfico;	115,6
Assistência a pessoas deslocadas devido ao conflito	Assistência a deslocados internos pelo conflito e pela presença de grupos narcotraficantes em suas regiões para retornarem a seus locais de origem, assim como apoio para promover o reassentamento em outras áreas do país;	47,5
Defesa de direitos humanos	Monitoramento das Forças Armadas, das guerrilhas e outros grupos paramilitares pelo governo americano, assim como garantia de que nenhum indivíduo relacionado às FARC receberia vistos para os EUA;	53,5

Proposta	Descrição	Orçamento (US\$ milhões)
Administração de justiça e demais auxílios com governança	Programas para reformas do sistema jurídico, incluindo reforma do código penal, treinamento de juízes e defensores públicos e promoção de programas contra a corrupção. Auxílio relacionado à exigência de garantia de que guerrilheiros e forças militares colombianas que fossem acusados de crimes, tanto crimes comuns quanto àqueles contra os direitos humanos, fossem julgados em cortes civis, seguindo o legítimo processo legal;	65,5
Defesa do processo de paz	Reestruturação do poder governamental em regiões controladas por guerrilhas ou milícias, assim como promoção de soluções diplomáticas para o conflito.	3,0

Fonte: Elaboração pela autora (2021) com base em United States (2001)

## 4 A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS NA COLÔMBIA

Nos capítulos anteriores foram apresentados os antecedentes e a implementação do *Plan Colombia* e o modelo de guerra às drogas no país. Até aqui, foram explicitadas as falhas desse processo e como o mesmo afetou a população colombiana sem necessariamente diminuir a produção de entorpecentes na região. Apesar dos problemas, no entanto, o governo da Colômbia continua a incentivar a implementação deste tipo de política em seus vizinhos e em outras nações, considerando este o modelo para o combate do narcotráfico e do terrorismo (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). Assim, este capítulo busca explorar as razões pelas quais esse fenômeno ocorre.

As três principais questões a serem consideradas para explicar a continuidade das políticas de combate aos grupos narcotraficantes estão intimamente ligadas à relação que a Colômbia passou a construir com os EUA durante e após o *Plan Colombia* (BRAGANÇA; GUEDES, 2018) e também à resolução de conflitos internos no país (FRANZ, 2016). São as principais: a manutenção da ordem interna no país por parte das autoridades estatais colombianas; a habilidade de angariar fundos internacionais e nacionais através das políticas de combate ao narcotráfico, mesmo que não se destinem especificamente para esses fins; e a relação privilegiada com os EUA, que se dá por conta da implementação das políticas e da parceria no combate à produção de entorpecentes. Essas três áreas serão exploradas a seguir.

### 4.1. A MANUTENÇÃO DA ORDEM NACIONAL

Quando o *Plan Colombia* se iniciou, diversas regiões do país encontravam-se tomadas por forças insurgentes, fossem cartéis, milícias ou guerrilhas; registravam altíssimos níveis de violência; e, como um todo, o poder estatal não conseguia se impor sobre o seu território. Pouco depois da instituição do plano, Carpenter (2003) avalia que “O contexto político na Colômbia é extraordinariamente complexo, pois o governo de Bogotá está envolvido em um conflito com não menos do que quatro facções” (CARPENTER, 2003, p.60, tradução livre).

Uma das principais políticas nacionais a se formarem junto ao *Plan Colombia* foi a política de *Seguridad Democrática*, outorgada pelo presidente Uribe em 2003, que tinha como seus maiores objetivos o controle territorial das forças governamentais e o retorno das instituições estatais a

regiões antes tomadas por grupos guerrilheiros e/ou criminosos. Além disso, a série de políticas apresentadas pelo governo também buscava uma diminuição na violência prevalente no país (COLÔMBIA, 2003).

Essas políticas de fortalecimento dos órgãos estatais para diminuir a violência e enfrentar a atuação de grupos não-estatais baseavam-se nas perspectivas, nos moldes, no financiamento e no treinamento de pessoal estabelecidos no *Plan Colombia*, cuja implementação iniciara um ano antes (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016). A *Seguridad Democrática* amparava-se no fortalecimento do exército e da polícia, do sistema judicial, na consolidação do território nacional, na eliminação dos negócios relacionados à produção de drogas, na integração da população no combate ao narcotráfico e no aumento da transparência relacionada ao *Plan Colombia* (COLÔMBIA, 2003).

As políticas desenvolvidas a partir de *Plan Colombia* e *Seguridad Nacional* responderam à instabilidade causada tanto pelo conflito armado, que transcorreu por mais de quarenta anos, quanto pela própria política de guerra às drogas. Baseado nos resultados desse conjunto de políticas, Thoumi (2012a) afirma que a utilização de estratégias de força e coibição governamental é, muitas vezes, politicamente mais conveniente do que outros tipos de combate ao narcotráfico por se configurar em ações com respostas mais rápidas e, por isso, eventualmente mais populares (THOUMI, 2012a).

Dados sobre criminalidade apontam a redução das taxas de crimes violentos paralelamente à implementação do plano. No início do século XXI, essas taxas eram extremamente altas na Colômbia, proporcionalmente muito maiores do que quase qualquer um dos seus vizinhos na América do Sul. Em 2012, o país havia apresentado uma queda de mais de 40% no número de homicídios e passou a ter a segunda menor taxa de sequestros do continente, mesmo que crimes considerados menos graves, como furto e lesão corporal, tenham aumentado exponencialmente no mesmo período (TOBAR, 2015). As regiões do país que antes eram quase completamente controladas por guerrilhas, também passaram a ter muito mais atuação e controle estatal (OSÓRIO et. al, 2019).

Nesse cenário, desde os anos 1980, criava-se uma narrativa da relação entre guerrilheiros e grupos paramilitares com o narcotráfico internacional (RODRIGUES, 2012a). Essa conexão era incentivada tanto pelo governo americano quanto internamente na Colômbia, configurando o

tráfico de drogas para os dois países como uma das principais ameaças ao próprio Estado e o tornando uma questão de segurança nacional (DUARTE VILLA; OSTOS, 2007). Carpenter (2003) aponta que os EUA enfatizavam a interdependência entre o tráfico de drogas e a existência ou sobrevivência dos grupos insurgentes. Exemplifica-se com uma frase significativa do general Charles Wilhelm, o qual, de 1997 a 2000, esteve à frente do Comando Sul dos EUA, responsável pelas ações militares norte-americanas na América do Sul. “Eu não acho que eles [os grupos insurgentes] conseguiriam sobreviver na sua forma atual sem isso [tráfico de drogas]”, disse em 2001 em reportagem à agência de notícias Reuters (KERRY, 2001 *apud*. CARPENTER, 2003).

Assim, o alinhamento colombiano à agenda de segurança norte-americana para a região, através do *Plan Colombia*, fortalece a presença e o poder do Estado colombiano sobre seu território e população (SANTOS, 2011). A Colômbia, por si só, não tem força institucional, econômica ou militar para manter a coesão do país (MONTAÑEZ, 2017). No entanto, acrescenta Montañez, como estratégia para obtê-la, o governo se utiliza dos investimentos provenientes da guerra às drogas (MONTAÑEZ, 2017).

#### 4.2. IMPACTOS NA ECONOMIA E O INGRESSO DE RECURSOS EXTERNOS

O tráfico de drogas e a política de guerra às drogas estão intimamente ligados à economia colombiana e à obtenção de recursos. A versão original do *Plan Colombia* apresentada ao Congresso americano definia uma proporção de seu orçamento para programas sociais. Ao longo das negociações, no entanto, o foco tornou-se o combate militarizado aos narcotraficantes (ROSEN; MARTÍNEZ, 2016), com exigências específicas e metas de eliminação de hectares de plantações de coca para que houvesse a garantia de recursos destinados a outros fins (DUARTE VILLA; OSTOS, 2007).

Em 1999, a Colômbia já havia passado por muitos obstáculos, e Pastrana [Andrés Pastrana, presidente colombiano de 1998 a 2002] entendeu que necessitava da ajuda dos EUA para impedir um desastre na Colômbia; aceitou a reorientação do *Plan Colombia* porque necessitava dos recursos (ROSEN, 2014, n.p. tradução livre).

O governo colombiano reconhecia que não possuía recursos financeiros o suficiente para lidar com os grupos paramilitares contra os quais lutava já havia mais de quarenta anos (THOUMI, 2012a). Desde o governo Reagan nos EUA, antes da instituição do plano, portanto, a Colômbia recebia ajuda para combater o tráfico de drogas e, como já citado, concordava com a extradição de traficantes para que o sistema judicial não ficasse sobrecarregado com processos desses criminosos (CARPENTER, 2003).

Dessa maneira, ao longo do desenvolvimento das políticas de guerra às drogas, tornou-se natural a dependência das finanças do país ao financiamento de tais programas. Tanto o financiamento das políticas mais militarizadas quanto qualquer tentativa de desenvolvimento alternativo passaram a ser atrelados ao aprofundamento de estratégias bélicas de combate ao narcotráfico. Para obter recursos para programas de desenvolvimento alternativo e econômico, é preciso lidar com as exigências do financiador; no caso os EUA, que, geralmente, condicionam esse patrocínio à implantação de políticas militarizadas como as já descritas, tal e qual promovido no *Plan Colombia* (THOUMI, 2012a).

Regiões específicas do país também baseiam seus orçamentos nos recursos destinados ao combate do tráfico de drogas para financiar infraestrutura local. Várias áreas do país, principalmente aquelas mais afetadas pelo tráfico de drogas e seus subsequentes combates, necessitam de obras, como estradas e aeroportos, para planejar e promover o desenvolvimento econômico local. Também se beneficiam das políticas de guerra às drogas e dos investimentos internacionais atrelados a essa estratégia, atividades para mitigação de violência, remoção de minas terrestres, processo legal para criminosos e outros tipos de questões militares e jurídicas (THOUMI, 2012a).

Outra questão a se destacar refere-se aos custos financeiros e de tempo para a implantação de programas de desenvolvimento alternativo. Esses projetos, como o de troca de cultivos, por exemplo, requerem volumes maiores de investimentos do que os das ações militares, além de demandarem prazos mais longos para serem estabelecidos. E, se acrescente, necessitam do apoio e da cooperação dos camponeses afetados durante todo o processo. Além disso, exigem investimentos em infraestrutura incapazes de gerar resultados imediatos para os tomadores de decisão em relação ao combate do narcotráfico, sejam esses políticos colombianos ou financiadores, como os EUA (THOUMI, 2012a). Em diversos momentos, para assegurar os fundos

necessários aos programas, o governo colombiano teve de demonstrar o cumprimento de metas determinadas pelo governo norte-americano, como uma determinada quantidade de hectares submetida a fumigações, prisões de traficantes, além de investimentos em armamento e treinamento militar (CARPENTER, 2003).

Não menos importante a evidenciar é a manutenção do sistema econômico que se formou durante a aplicação desse tipo de política. Milhares de soldados foram contratados durante o conflito armado iniciado no século XX e durante o processo de desmantelamento dos grandes cartéis. Caso as organizações nas quais eles trabalham e tiram seu sustento e de suas famílias fossem finalizados, poderia haver um sério problema de desemprego no país. Além disso, existe o risco de que o pessoal demitido pelo exército possa se juntar a organizações criminosas, tanto cartéis quanto grupos guerrilheiros ou milícias, o que dificultaria ainda mais o trabalho do governo (THOUMI, 2012).

Além disso, mudanças estruturais no mercado de drogas necessariamente levariam a alterações estruturais na economia colombiana. Muitas pessoas no país são empregadas por setores secundários ou terciários do tráfico, como venda de produtos contrabandeados e até mesmo construção civil, que são utilizados para a lavagem de dinheiro. Os colombianos também necessitam desses mercados para seu consumo e para a movimentação geral da economia. Atividades relacionadas ao tráfico movimentam as economias de vários locais, principalmente no interior do país (THOUMI, 2012a).

Carpenter (2003) aponta a maneira na qual a não cooperação com a agenda de proibição do narcotráfico poderia ser desastrosa para a economia colombiana através de sanções impostas pelo governo norte-americano:

“A ameaça de remoções de certificações [de comércio internacional] e as concomitantes sanções econômicas eram, por exemplo, a principal influência que a administração de Bush pai se utilizava para persuadir os governos andinos a militarizar a guerra às drogas”  
(p.139 tradução livre)

Esse tipo de tática não parou de ser utilizada com as administrações posteriores, pois Clinton e George W. Bush utilizavam-se da possibilidade de sanções econômicas para incentivar a cooperação de outras nações no campo do combate ao narcotráfico. As medidas tomadas pelos

EUA poderiam se apresentar como sanções diretas, como a suspensão de assistência, parcial ou integralmente, boicote de medidas de ajuda em órgãos multilaterais e cotas de importação mais restritivas. As restrições também poderiam caracterizar-se como penalidades discricionárias decididas diretamente pelo presidente, como a rejeição ao tratamento tarifário normal a todos os produtos exportados para os EUA, aumento dos impostos alfandegários de até 50% aos bens destinados ao mercado americano e a restrição de transporte aéreo do país para território estadunidense.

#### 4.3. RELAÇÃO DIFERENCIADA COM OS EUA

As relações exteriores da Colômbia foram *narcotizadas*, ou seja, qualquer relacionamento que o país eventualmente venha tentar cultivar com outros Estados será perpassado pela sua relação com o mercado ilícito de drogas, e, muitas vezes, o processo de comunicação e de negociação poderá acabar por ser pautado pelo tema (THOUMI, 2012a). Dessa maneira, em muitos momentos, a Colômbia acabou por se tornar isolada no plano internacional e, naturalmente, por orbitar em torno da potência continental, os EUA (CARPENTER, 2003).

Com a cooperação no processo de eliminação das organizações narcotraficantes e, mais ainda, a partir do *Plan Colombia*, o país passou a nutrir uma relação especial com os EUA. Os investimentos e a cooperação para combater grupos produtores e comerciantes de drogas trouxe à Colômbia um maior nível de protagonismo com o governo americano (DUARTE VILLA; OSTOS, 2007). A Colômbia tornou-se uma aliada da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), passou a integrar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a ser dos mais importantes colaboradores dos estadunidenses na América do Sul (BARBOSA, 2018; OCDE, 2020).

A formação dessa parceria não ocorreu linearmente. Foi em um dos momentos mais apreensivos do conflito interno colombiano, durante a década de 1990, que a relação entre Colômbia e EUA se tornou mais tensa. No entanto, também foi o período no qual se colocaram as bases que permitiram a cooperação diplomática quase irrestrita adotada nos anos seguintes. A administração Clinton (1993-2001) focou a sua relação com o governo colombiano na guerra às

drogas e, particularmente, na problemática do narcotráfico. A partir dessa política, os colombianos perceberam uma estratégia para ter acesso direto aos americanos (DUARTE VILLA; OSTOS, 2007).

Com a apresentação do *Plan Colombia*, desde a proposta ao Senado americano, explicitamente se demonstrava a intenção de aprofundar essa relação com base nos objetivos comuns relacionados com a guerra às drogas. Assim, o plano oficializou a maneira na qual a política externa colombiana já operava desde a década de 1980, removendo, dessa maneira, o narcotráfico das sombras e se utilizando desta questão para se aproximar dos aliados que necessitava (TELLEZ; LESMES, 2006).

Cabe ressaltar que o *Plan Colombia* colocou a região dos Andes num patamar de alta visibilidade nos aspectos relacionados com a segurança regional (DUARTE VILLA; OSTOS, 2007). Esses aspectos, a propósito, ainda promovem a Colômbia para o centro da agenda de segurança entre os países sul-americanos, concedendo à nação muito mais destaque do que naturalmente teria no subcontinente (REGILME, 2018). Além disso, Duarte Villa e Ostos (2007, p.22) apontam:

A agenda de segurança dos EUA para Colômbia – consubstanciada nas ações do Plano Colômbia e da Iniciativa Regional Andina – continuará sendo a pedra basilar da ação norte-americana na região, até porque desfruta de um sólido consenso entre democratas e republicanos.

Assim, quando se trata das políticas de segurança, ambos países se beneficiam diplomaticamente da relação e do modelo proibicionista de combate ao narcotráfico. Cabe adicionar que essa relação também foi beneficiada pelo apoio do Congresso norte-americano ao modelo – condição a qual facilitou as negociações e, conseqüentemente, a aprovação de medidas para a implementação do plano (DUARTE VILLA; OSTOS, 2007).

Também contribuiu enormemente para a dependência da relação com os EUA o fato de que, economicamente e institucionalmente, a Colômbia encontrava-se incapaz de manejar as questões relacionadas ao tráfico de drogas sem ajuda externa (MONTAÑEZ, 2017). Um exemplo disso é o apoio, a partir dos anos 1980, do sistema jurídico americano para instaurar os processos judiciais, sejam de extradição dos EUA ou internamente em solo colombiano, contra os

narcotraficantes. Essa ajuda aprofundou-se com a instituição do *Plan Colombia*. Segundo Thoumi (2012b), nesse período há uma pressão para que traficantes que haviam cometido crimes na Colômbia fossem extraditados para os EUA, desafogando, assim, o sobrecarregado sistema de justiça colombiano. Por outro, no entanto, assinala Carpenter (2003), a interferência judicial também demonstra o domínio americano sobre a região.

Outro ponto importante a ressaltar é que a conexão entre EUA e Colômbia se desenvolveu de forma desigual, dada a dependência do país sul-americano de financiamento e de apoio militar e judicial do parceiro. Segundo Rosen (2013), a relação bilateral assimétrica entre os dois países, balanceada em favor da nação norte-americana, explica a formação do *Plan Colombia*, pois reforça a condição de protagonismo dos EUA, que não precisam de assistência ou dinheiro externo para serem bem-sucedidos:

Por outro lado, a Colômbia depende dos recursos econômicos e do apoio dos EUA para interromper o tráfico de drogas e diminuir a violência na Colômbia. Em última análise, a relação assimétrica ajuda os EUA a definir as regras e desenhar as políticas (p.71 tradução livre).

Dessa maneira, caso os incentivos econômicos e políticos não sejam suficientes para promover a cooperação, sempre há a ameaça americana de uso da força para garanti-la. Além disso, os EUA podem, como citado anteriormente, aplicar sanções econômicas – como aumento de tarifas de exportação e importação, redução de alíquotas de produtos importados e veto a empréstimos – porventura impostas aos países que não se adequem às exigências americanas de reduzir a produção de entorpecentes (CARPENTER, 2003).

Finalmente, e não menos importante, tem de se evidenciar que todo o regime de guerra às drogas opera baseado em políticas similares às defendidas por EUA e Colômbia e, como já explicitado anteriormente, também aplicadas no *Plan Colombia*. Ou seja, o modelo proibitivo institucionalizado é consolidado e global. Independentemente do tipo de regime, religião, orientação ideológica ou nível de desenvolvimento nacional, é um modo de enfrentamento aceito por todas as nações (BUXTON, 2010). O modelo tem o apoio do sistema das Nações Unidas e envolve um número de atores que supera a relação bilateral entre Colômbia e EUA (JELSMA, 2003). Ao mesmo tempo concede aos dois países um papel de maior status e protagonismo nas

definições das políticas a serem aplicadas quando relacionadas ao combate do narcotráfico (TELLEZ; LESMES, 2006).

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou iluminar os diferentes aspectos do *Plan Colombia* a partir da lente das relações internacionais com o objetivo de compreendê-lo e de examinar a razão pela qual foi adotado um modelo militarizado de combate à produção e ao tráfico de drogas no país. Sob essa perspectiva, foram analisadas as consequências do projeto implementado a partir de 2001, cujos efeitos persistem, bem como investigados o racional por parte das políticas instituídas desde a sua definição até a implantação das medidas previstas. E, para possibilitar uma visão ampla de seu impacto, a obra acabou também por explorar cenários estabelecidos após a extinção do plano.

A implementação do *Plan Colombia* caracteriza a dinâmica das relações internacionais no continente americano. A referida dinâmica opera tanto na maneira pela qual os EUA exerceram a sua influência pautando os objetivos do plano por meio dos instrumentos de financiamento e de implementação do programa quanto pela atuação do Estado colombiano ao se utilizar desses recursos para construir uma agenda própria que atendesse aos seus interesses nacionais. O fato de a Colômbia ter se tornado o terceiro maior destinatário de ajuda externa dos EUA no Hemisfério Ocidental demonstra a magnitude dessa agenda política para os EUA com o *Plan Colombia*.

O trabalho iniciou-se com um primeiro capítulo de revisão histórica, discorrendo sobre os antecedentes e as negociações para a implementação do plano. O capítulo destacou a importância do regime de proibição de drogas para o embasamento do plano, assim como a sua formação e o papel dos EUA no seu desenvolvimento. Levando-se em conta a relevância histórica do conflito interno colombiano, o trabalho também reexaminou esses acontecimentos. Tratou da sua influência no desenvolvimento da produção e da venda de entorpecentes no país e sobre como os grupos guerrilheiros se enquadram no processo de combate do narcotráfico.

No outro lado, explorou como os EUA iniciaram o sistema militarizado de proibicionismo às drogas e à exportação do modelo para outros países, em especial para a Colômbia – evidenciando o quão intimamente ligados à política externa norte-americana estão essa estratégia e aplicação. Por fim, nesse capítulo foi exposta a maneira na qual se deram as negociações do *Plan Colombia*. Nesse ponto, destacou-se como o programa, em sua primeira proposta, caracterizava-se por um maior direcionamento a iniciativas socioeconômicas; assim como, a mudança de rota diante das

exigências do governo americano mais tarde, para os objetivos finais voltados para a erradicação de plantações de coca e o combate a cartéis e a narcotraficantes.

O segundo capítulo ampliou o escopo para explorar os diferentes aspectos do *Plan Colombia*. Nesse caso, os tópicos apresentados passaram desde a apreciação do projeto no Congresso americano aos seus enfoques de apoio militar e social para o combate às drogas. Assim, esse capítulo buscou perscrutar o processo, sob vários ângulos, analisando como os itens vinculados ao projeto foram implementados. Por consequência, relatou como ocorreu a assistência militar dada à Colômbia, ponto que representou a maior parte do orçamento do plano, com destaque para o treinamento das Forças Armadas, a compra de armamentos e o reforço de operações de fumigação a plantações de coca.

Em resumo, também analisou as iniciativas de assistência social previstas e implementadas por meio do plano. Foram explicitadas medidas como a troca de cultivos e a profissionalização dos agricultores colombianos, bem como as iniciativas de reforma institucional, ligadas ao fortalecimento da democracia e do sistema judiciário do país. E, com o intuito de expandir o olhar sobre o *Plan Colombia*, além de expor as propostas e as implementações da iniciativa, este capítulo também buscou elencar consequências das políticas advindas do programa. Entre essas premissas, destacam-se a degradação ambiental, o aumento do deslocamento interno e um número maior de ações das Forças Armadas contra agricultores e camponeses em operações de controle da produção de coca.

Finalmente, no terceiro capítulo, foram exploradas as possíveis razões para a manutenção da política de guerra às drogas na Colômbia e o empenho do país em exportar essas estratégias para outras nações, apesar de os resultados não terem sido relevantes em relação à redução na produção e no comércio de drogas. Entre as razões aventadas, a opção pela adesão contínua àquela política teria se dado, em primeiro lugar, para a manutenção da ordem nacional. Isso porque as estratégias de guerra às drogas acabaram sistematizando as necessidades de financiamento das Forças Armadas colombianas e de coesão social. Em segundo lugar, pesou a questão econômica. O país arrecadou e ainda recebe verba substancial para a manutenção da guerra às drogas. Além disso, a adoção de outras estratégias exigiria mudanças profundas na economia colombiana movimentada direta e indiretamente pela produção e venda de drogas. Por último, e de extrema relevância, a relação diferencial com os EUA promovida a partir dessas estratégias teria desempenhado papel

importante para a continuidade da política de guerra às drogas. A conexão criada com o governo norte-americano alçou a Colômbia à parceira estratégica no continente cultivando uma aproximação entre os dois países que não necessariamente seria mantida, caso a cooperação no combate ao narcotráfico fosse rompida.

Assim, se infere que o *Plan Colombia* exemplifica a evolução do combate ao tráfico de drogas e demonstra a maneira na qual a produção e o comércio de entorpecentes se caracteriza como um fenômeno internacional. O estudo do modelo proibicionista implementado pela Colômbia permite apontar os efeitos profundos em diversas áreas da sociedade na qual é adotado e a sua influência tanto na organização interna de um Estado quanto na capacidade de pautar as relações exteriores.

Baseada em uma doutrina capaz de influenciar as decisões de praticamente todos os Estados sul-americanos, sejam favoráveis ou não à sua adoção, a chamada guerra às drogas também se infunde fortemente ao discurso político no subcontinente e toma uma importância que se alarga para muito além de debates de segurança pública. O comércio ilegal de drogas está ligado e é dado como causa para muitos dos males que atingem as comunidades mais vulneráveis da Colômbia, da América do Sul como um todo e de outras regiões do globo, como desigualdade social, violência urbana, corrupção, entre outros. No entanto, como aponta Thoumi (2012a), não se pode considerar essas realidades simplesmente como causas do tráfico de drogas, mas também como razões pelas quais determinadas sociedades estariam mais vulneráveis ao crescimento de organizações criminosas. Isso quer dizer que a desigualdade social e a ausência do Estado para amparar podem levar determinadas comunidades a buscar sustento e formas de organização em meios alternativos, principalmente no narcotráfico.

Ao examinar o *Plan Colombia*, foi possível colocar luz também no sistema internacional de contenção da produção e da comercialização de drogas. É importante ressaltar que o modelo de completa proibição adotado pela Colômbia não se restringe somente ao país e se caracteriza por uma ampla rede de tratados internacionais que estabelecem parâmetros nos quais os signatários podem exercer suas políticas para manejar questões relacionadas a entorpecentes. Observou-se ainda que o governo colombiano tem de lidar com as expectativas e demandas de países vizinhos em relação ao narcotráfico e a presença de grupos insurgentes em seu território. Dessa maneira, não podendo determinar as políticas aplicadas no combate às drogas de forma independente.

Demais questões como o financiamento do enfrentamento ao narcotráfico e a manutenção da ordem nacional e do desenvolvimento econômico tornam-se importantíssimas para um Estado do Sul global.

Objeto deste trabalho, as políticas de total repressão ao consumo e comércio de entorpecentes, que se iniciaram na década de 1970 e estão em vigor até hoje, não conseguiram extinguir as organizações criminosas que pretendiam combater, nem mesmo diminuíram a violência relacionada às mesmas (HORWITZ, 2015). Alguns estudos apontam que as políticas relacionadas à guerra às drogas tenham, até mesmo, tornado o quadro ainda mais violento, atingindo principalmente as comunidades mais vulneráveis (FORTE, 2007). Este estudo demonstra que as políticas tiveram sua implementação altamente interligada com a atuação dos EUA e o seu processo interno de guerra às drogas, o qual era direcionado à repressão da produção e do comércio de entorpecentes. Considerando que a Colômbia e os demais países andinos em conjunto são os principais produtores de cocaína e maconha, seria imprescindível para dar andamento a essas políticas a supressão da produção nesses locais (FRANZ, 2016).

Para ampliar o estudo do tema, sugere-se como objeto de explorações futuras outras estratégias de proibição total referente às drogas, como a *Iniciativa Merida*, desenvolvida no México, e as políticas severas adotadas no Sudeste Asiático, em especial nas Filipinas. Para a pesquisa sul-americana, no entanto, é imprescindível continuar a exploração do caso colombiano sob os diferentes aspectos, o militar, o social e o econômico, principalmente sob o prisma dos efeitos do *Plan Colombia*, com ênfase nos impactos econômico-sociais e nos deslocamentos internos que acabaram por ocorrer como resultado da adoção dessas políticas.

A partir deste trabalho, pode-se obter uma visão mais abrangente da realidade colombiana após o fim do *Plan Colombia* e como o plano afetou a maneira na qual o país pauta as suas relações exteriores. O papel de disputas internas e de necessidades econômicas, no entanto, não pode ser ignorado, e é importante ressaltar como motivaram os caminhos adotados pelo governo e pela sociedade colombiana frente à realidade na qual se encontravam.

Assim, o *Plan Colombia* deve ser analisado por essas diferentes perspectivas e, sobretudo, considerando a forte influência exercida pelos EUA na elaboração dessas políticas, bem como a relação diplomática entre os dois países no desenvolvimento do regime internacional que é o pano

de fundo da evolução das doutrinas de controle de drogas. Por meio da análise do Plan Colombia e sua implementação, este trabalho evidencia a relação assimétrica imposta pelo poder dos EUA em relação a países mais frágeis, como, no caso, a própria Colômbia. Como explica Rosen, a formação do *Plan Colombia* enfatiza que a Colômbia precisava de apoio, enquanto “[...] os EUA não necessitam de assistência ou dinheiro da Colômbia para obter sucesso ou prosperidade” (ROSEN, 2013 p.71 tradução livre).

## REFERÊNCIAS

- ANDREAS, P.; NADELMANN, E. **Policing the Globe. Criminalization and Crime Control in International Relations**. New York: Oxford University Press. 2006.
- BAGLEY, Bruce. Carteles de la droga en América Latina: de Medellín a Sinaloa. **CRITERIOS - Cuadernos de Ciencias Jurídicas y Política Internacional**, v. 4, n 1 p. 233-247, jan. 2011.
- BARBOSA, Dennis. **A Colômbia está entrando na Otan? Entenda a situação em 3 perguntas**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/a-colombia-esta-entrando-na-otan-entenda-a-situacao-em-3-perguntas.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BEERS, Rand. **Plan Colombia: The Road Ahead. Testimony Before the Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources Subcommittee of the House Government Reform Committee**. Washington D.C., mar. 2001 Disponível em <[https://2001-2009.state.gov/p/inl/rls/rm/jan\\_apr/1080.htm](https://2001-2009.state.gov/p/inl/rls/rm/jan_apr/1080.htm)> Acesso em 14 de abril de 2021.
- BRAGANÇA, Danillo Avellar; GUEDES, Julie Medeiros Sérgio. O DECLÍNIO ESTADUNIDENSE E A GUERRA ÀS DROGAS. **Revista Aurora**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 67-78, 13 set. 2018. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/1982-8004.2018.v11n1.04.p67>.
- BUXTON, J. The Historical Foundations of the Narcotic Drug Control Regime. In **Innocents Bystanders. Developing Countries and the War on Drugs**, ed. N. Loayza and P. Keefer. Washington, DC: World Bank/Palgrave Macmillan. 2010.
- CARPENTER, Ted Galen. **Bad Neighbor Policy: washingtons futile war on drugs in latin america**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003. 282 p.
- CEASER, Mike. Caught in the crossfire of Colombia's civil war. *The Lancet*, [s.l.], v. 365, n. 9457, p.373-374, jan. 2005. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736\(05\)17846-5](http://dx.doi.org/10.1016/s0140-6736(05)17846-5).
- COLOMBIA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Presidencia de la República y Ministério de Defensa Nacional. 2003. <<http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>> Acesso em 10 de abril de 2021
- COLOMBIA. **Atlas del Impacto Regional del Conflicto Armado en Colombia**. Observatorio de la Consejería Presidencial para los Derechos Humanos. Bogota: Imprenta Nacional de Colombia, 2015.
- COLOMBIA. **Acuerdo Final para la Terminaciona del Conflicto y la Constuccion de una Paz Estable y Duradera**. Oficina del Alto Comisionado para la Paz. 24 de novembro de 2016. <<http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Documentos%20compartidos/24-11-2016NuevoAcuerdoFinal.pdf>> Acesso em 02 de julho de 2019.

CRANDALL, R. **Driven by Drugs: U.S. Policy toward Colombia**. Boulder: Lynne Publishers. 2002.

DUARTE VILLA, Rafael; OSTOS, María de Pilar. Colômbia: evolução de sua política externa em relação aos EUA e seus vizinhos In: DUARTE VILLA, R.; KALIL, S. (Org.). **Ensaio latino-americanos de política internacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007. p. 197-236.

FORTE, F. Racionalidade e legitimidade da política de repressão ao tráfico de drogas: uma provocação necessária . **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 193-208, 1 dez. 2007.

FRANCO, João Manuel Santana. O 11 de Setembro e o renascer da história. **Meridiano 47**, Brasília, v. 14, n. 127, p. 42-49, set. 2011.

FRANZ, Tobias. Plan Colombia: illegal drugs, economic development and counterinsurgency - a political economy analysis of Colombia's failed war. **Development Policy Review**, [s.l.], v. 34, n. 4, p.563-591, 9 jun. 2016. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/dpr.12161>.

GUZMÁN, Sandra Borda. Una aproximación constructivista a la guerra estadounidense en contra de las drogas. **Colombia Internacional**, [S.L.], n. 54, p. 73-102, jan. 2002. Universidad de los Andes. <http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint54.2002.03>.

HORWITZ, Betty. A Change in the Approach to the Drug Problem in the Americas. In: BRIENEN, Marten W.; ROSEN, Jonathan D.. **New Approaches to Drug Policies: A Time for Change**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. Cap. 11. p. 194-212.

INTERNATIONAL ALERT. Colombia-Peru. In: INTERNATIONAL ALERT. **Rethinking drug policy from a peacebuilding perspective: Studies from Afghanistan, Colombia–Peru and Nigeria**. Londres: International Alert, 2016. p. 18-30.

JELSMA, Martin. Drugs in the UN system: the unwritten history of the 1998 united nations general assembly special session on drugs. **International Journal Of Drug Policy**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 181-195, abr. 2003. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0955-3959\(03\)00006-9](http://dx.doi.org/10.1016/s0955-3959(03)00006-9).

MCALLISTER, W.B. **Drug Diplomacy in the Twentieth Century**. Nova York: Routledge. 2000.

MONTAÑEZ, Julio César Ramírez. Quince años del Plan Colombia (2001-2016) ¿La recuperación de un Estado débil y la sumisión de los grupos narcoterroristas? **Analecta Política**, [S.L.], v. 7, n. 13, p. 315-332, 2017. Universidad Pontificia Bolivariana. <http://dx.doi.org/10.18566/apolit.v7n13.a05>.

OCDE. **La OCDE global da la bienvenida a Colombia como su 37o miembro**. 2020. <<https://www.oecd.org/newsroom/la-ocde-global-da-la-bienvenida-a-colombia-como-su-37o-miembro.htm>.> Acesso em: 15 abr. 2020.

OSORIO, Javier; MOHAMED, Mohamed; PAVON, Viveca; BREWER-OSORIO, Susan. Mapping Violent Presence of Armed Actors in Colombia. **Advances In Cartography And**

**Giscience Of The Ica**, [S.L.], v. 1, p. 1-9, 3 jul. 2019. Copernicus GmbH.  
<http://dx.doi.org/10.5194/ica-adv-1-16-2019>.

PECENY, Mark; DURNAN, Michael. The FARC's Best Friend: U.S. Antidrug Policies and the Deepening of Colombia's Civil War in the 1990s. **Latin American Politics And Society**, Miami, v. 48, n. 2, p.95-116, jul. 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América Inviolável: o fim de um mito. **Meridiano 47**, Brasília, v. 1, n. 16, p. 1-4, out. 2001.

REGILME, Salvador Santino Fulo. A human rights tragedy: strategic localization of US foreign policy in Colombia. **International Relations**, [s.l.], v. 32, n. 3, p.343-365, jun. 2018. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0047117818777830>.

RINCÓN-RUIZ, Alexander; KALLIS, Giorgos. Caught in the middle, Colombia's war on drugs and its effects on forest and people. **Geoforum**, [S.L.], v. 46, p. 60-78, maio 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.12.009>.

RODRIGUES, Thiago. Drug-trafficking and militarization in the Americas: the addiction to war. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 34, n. 1, p. 9-41, June 2012  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292012000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100001&lng=en&nrm=iso)>. access on 06 May 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2012

ROMERO, Peter F.. **Statement before the Subcommittee on Criminal Justice, Drug Policy, and Human Resources on Plan Colobia**. Washington D.C.: Bureau of Western Hemisphere Affairs, 2000.

ROSEN, Jonathan D., The war on drugs in Colombia: A current account of U.S. policy. **Perspectivas Internacionales**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 58-83, 29 nov. 2013.

ROSEN, Jonathan D., **The Losing War: Plan Colombia and Beyond**. State University of New York Press. Nova York. 2014. EBOOK Kindle

ROSEN, Jonathan D.; MARTÍNEZ, Roberto Zepeda. La Guerra contra las Drogas y la Cooperación internacional: el caso de colombia. **Revista Cs**, [S.L.], n. 18, p. 63-84, 5 fev. 2016. Universidad Icesi. <http://dx.doi.org/10.18046/recs.i18.1848>.

SANCHÉZ-AVILÉS, Constanza; DITRYCH, Ondrej. The global drug prohibition regime: prospects for stability and change in an increasingly less prohibitionist world. **International Politics**, [S.L.], v. 55, n. 3-4, p. 463-481, 12 out. 2017. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1057/s41311-017-0081-5>.

SANTOS, Marcelo. **O conflito colombiano e o Plano Colômbia**. Boa Vista: Editora UFRR, 2011.

SERAFINO, Nina M; **Colombia: Plan Colombia Legislation and Assistance (FY2000-FY2001)**. Foreign Affairs, Defense, and Trade Division. Washington D.C. 2001

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

SINHA, J.. **The History and Development of the Leading International Drug Control Conventions. Report Prepared For The Senate Special Committee On Illegal Drugs**. Law and Government Division. Library of Parliament, Canada.2001

TAYLOR, Francis X.. **The Presence of International Terrorist Groups in the Western Hemisphere. Remarks Before the Committee on International Relations**, Subcommittee on the Western Hemisphere Committee. U.S. House of Representatives, Washington, DC. 10 out. 2001. <<https://2001-2009.state.gov/s/ct/rls/rm/2001/5674.htm>>. Acesso em 10 de abril de 2021

TÉLLEZ, Édgar; LESMES, Jorge. **Pacto en la Sombra**. Los tratos secretos de Estados Unidos con el narcotráfico. Bogotá: Planeta Editorial. 2006  
<[http://www.mamacoca.org/docs\\_de\\_base/La\\_Representacion\\_Social\\_del\\_narcotrafico/Tellez\\_y\\_Lesmes\\_Pacto\\_en\\_la\\_sombra\\_Planeta\\_2006.pdf](http://www.mamacoca.org/docs_de_base/La_Representacion_Social_del_narcotrafico/Tellez_y_Lesmes_Pacto_en_la_sombra_Planeta_2006.pdf)> Acesso em 10 de abril de 2021

THOUMI, Francisco E.. **Political economy and illegal drugs in Colombia**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1995. 320 p..

THOUMI, Francisco E.. Vulnerable Societies: Why Antidrug Policies Fail, Why There is a Need for Reforms and Why They are Unlikely to be Implemented. **Substance Use & Misuse**, [s.l.], v. 47, n. 13-14, p.1628-1632, 20 nov. 2012. Informa UK Limited.  
<http://dx.doi.org/10.3109/10826084.2012.705718>.

THOUMI, Francisco E.. Illegal Drugs, Anti-Drug Policy Failure, and the Need for Institutional Reforms in Colombia. **Substance Use & Misuse**, [s.l.], v. 47, n. 8-9, p.972-1004, 7 jun. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.3109/10826084.2012.663287>.

TOBAR, Felipe Salazar. Tendências criminais sul-americanas em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 88-109, set. 2015.

UNITED STATES. **Public Law 106–246**, Washington D.C., jul. 2000

UNODC. **World Drug Report 2019: Global Overview of Drug Demand and Supply**. Nações Unidas, 2019.  
<[https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19\\_Booklet\\_2\\_DRUG\\_DEMAND.pdf](https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_2_DRUG_DEMAND.pdf)> Acesso em 02 de julho de 2019.

VEILLETTE, Connie. **Plan Colombia: A Progress Report**. Foreign Affairs, Defense, and Trade Division. Washington D.C. jun. 2005.